



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

COMPASS

Clique para acessar

>> Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....	02
>> Balanços patrimoniais.....	08
>> Demonstrações de resultados.....	10
>> Demonstrações do resultado abrangente	12
>> Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
>> Demonstrações dos fluxos de caixa.....	15
>> Demonstrações do valor adicionado	18
>> Notas explicativas às demonstrações financeiras	19
>> 1. Contexto operacional	19
>> 2. Declaração de conformidade	19
>> 3. Políticas contábeis	20
>> 4. Normas contábeis.....	21
>> 5. Informações por segmento	23
>> 6. Ativos e passivos financeiros	27
>> 7. Mensuração de valor justo reconhecidas	28
>> 8. Gestão de risco financeiro	30
>> 9. Instrumentos financeiros derivativos	33
>> 10. Caixa e equivalentes de caixa.....	37
>> 11. Títulos e valores mobiliários e caixa restrito.....	38
>> 12. Contas a receber	38
>> 13. Partes relacionadas	40
>> 14. Outros tributos a recuperar	42
>> 15. Ativo e passivo financeiro setorial	42
>> 16. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada.....	43
>> 17. Imposto de renda e contribuição social	45
>> 18. Investimentos.....	50
>> 19. Imobilizado.....	59
>> 20. Intangível	61
>> 21. Ativo de contrato	63
>> 22. Arrendamentos	64
>> 23. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	68
>> 24. Compromissos.....	72
>> 25. Fornecedores.....	72
>> 26. Provisão para demandas e depósitos judiciais.....	72
>> 27. Benefício pós-emprego	74
>> 28. Patrimônio líquido	78
>> 29. Receita operacional líquida.....	81
>> 30. Custos e despesas por natureza.....	82
>> 31. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	83
>> 32. Resultado financeiro	83
>> 33. Resultado por ação.....	84
>> 34. Pagamento com base em ações.....	86
>> 35. Eventos subsequentes.....	87



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Compass Gás e Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Compass Gás e Energia S.A. (“Companhia”)**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Compass Gás e Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de fornecimento de gás não faturada (Nota 12 e 29)

A receita é reconhecida no momento em que o gás é fornecido ao consumidor. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e percurso de leitura. Consequentemente, uma parte do gás fornecido não é faturado ao final de cada mês. Este montante é estimado pela Companhia com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total da receita não faturada e o respectivo saldo de contas a receber é de R\$ 887.487 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao saldo de contas a receber e a contrapartida no resultado, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores registrados, dado à utilização de informações por categorias de clientes com tarifas diferentes, na alocação do volume de gás distribuído por categoria de cliente. Uma alteração de alocação em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Devido a relevância dos valores envolvidos, a natureza e complexidade dos dados utilizados, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia relativo à alocação da estimativa dos volumes de gás por categoria de cliente e as respectivas tarifas para cada categoria de cliente, de acordo com as tarifas reguladas;
- Teste documental, por amostragem, sobre as informações que alimentam o cálculo de alocação do volume de gás fornecido por categoria;
- Recálculo da receita de fornecimento de gás não faturada por categoria de cliente e tarifas definidas pelo órgão regulador para classe consumidor em seus grupos e modalidades, incluindo a avaliação das premissas chave utilizadas;
- Procedimentos analíticos, para comparação entre alocação do volume de gás entre as categorias de clientes considerando o histórico de consumo ao final do período com a estimativa de volume por categoria de cliente calculada pela Companhia;
- Comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real referente ao faturamento do ciclo subsequente ocorrido em janeiro de 2025;
- Reconciliação do saldo de receita de fornecimento de gás não faturada com os registros contábeis, correspondentes, bem como avaliarmos a exatidão dos cálculos aritméticos.
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, identificamos um ajuste que, por ser imaterial, não foi regularizado pela Companhia. Portanto, julgamos serem aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para reconhecimento, e mensuração da receita não faturada na demonstração do resultado e na rubrica de contas a receber, no ativo circulante, bem como as referidas divulgações nas Notas Explicativas n° 12 e 29, por estarem consistentes com a documentação suporte definida e mantida pela Administração, para fundamentar sua conclusão, refletidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Concessão do serviço público de distribuição de gás canalizado (Notas 20 e 21)

A Companhia possui registrado no ativo intangível da concessão pública e ativo de contrato referente ao serviço de distribuição de gás, os montantes de R\$ 15.762.227 mil e R\$ 1.110.463 mil, respectivamente, que representam, substancialmente, os gastos com infraestrutura dessa concessão.

Os investimentos em expansão e melhoria da infraestrutura da concessão de distribuição de gás canalizado são contabilizados como ativo de contrato durante o período de construção. A partir da efetiva entrada em operação, os investimentos são bifurcados entre Ativo Intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, por meio do consumo de gás canalizado pelos consumidores, e Ativo Financeiro, para os investimentos realizados e não amortizados até o final do contrato de concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A definição de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados durante o processo de construção como custo da infraestrutura envolve complexidade e julgamentos por parte da Companhia.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo de contrato e ativo intangível incluindo a sua classificação como ativo qualificável para capitalização;
- Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados às obras, bem como alocação de horas de força de trabalho e avaliação se a sua classificação foi apropriada;
- Avaliação das classificações contábeis entre o ativo de contrato e intangível de direito dessa concessão, observando os períodos e estágios das obras;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Avaliação da relação dos custos capitalizados de juros sobre obras em andamento (“JOA”) com os empréstimos, financiamentos e debêntures e aplicação do recálculo para os custos de empréstimos capitalizados no exercício;
- Teste de amortização do intangível de direito dessa concessão reconhecida ao longo do exercício de 2024;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas de capitalização e amortização dos ativos de infraestrutura de concessão pública referente ao serviço de distribuição de gás preparados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 20 e 21, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações financeiras, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 1254881/O-8

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.552.780	680.246	5.271.256	3.931.532
Caixa restrito	11	—	—	18.566	578
Títulos e valores mobiliários	11	33.342	2.823	1.074.806	800.267
Contas a receber	12	—	—	1.795.224	1.525.366
Instrumentos financeiros derivativos	9	—	—	168.992	24.449
Estoques		—	—	252.220	292.335
Recebíveis de partes relacionadas	13	798.485	7.554	318	10.884
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		29.305	28.030	94.848	120.389
Outros tributos a recuperar	14	—	—	233.443	291.435
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	18.1	7.450	370.912	29.346	35.797
Ativos financeiros setoriais	15	—	—	221.947	207.005
Outros ativos		387	963	215.796	182.940
		2.421.749	1.090.528	9.376.762	7.422.977
Ativos circulantes mantidos para venda	16	—	387.215	—	911.500
Ativo circulante		2.421.749	1.477.743	9.376.762	8.334.477
Contas a receber	12	—	—	9.599	25.607
Caixa restrito	11	—	—	28.412	4.100
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	31.055	80.486	777.330	708.272
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.172	22.378	47.694	90.243
Outros tributos a recuperar	14	—	—	313.028	246.139
Recebíveis de partes relacionadas	13	219.490	—	—	—
Depósitos judiciais	26	—	—	140.904	43.960
Instrumentos financeiros derivativos	9	—	—	187.597	151.206
Ativos financeiros setoriais	15	—	—	509.695	341.695
Outros ativos		—	—	506.943	76.700
Investimentos	18.1	7.145.236	7.869.712	1.277.955	1.630.124
Imobilizado	19	2.001	11.480	1.620.505	1.255.012
Intangível	20	32.136	6.782	16.761.631	13.299.255
Ativos de contrato	21	—	—	1.110.463	1.041.421
Direito de uso	22.1	11.645	14.158	1.581.601	1.588.292
Ativo não circulante		7.443.735	8.004.996	24.873.357	20.502.026
Total do ativo		9.865.484	9.482.739	34.250.119	28.836.503

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	82.169	34.532	2.697.201	1.937.294
Passivos de arrendamento	22.2	3.968	3.593	224.355	163.740
Instrumentos financeiros derivativos	9	—	—	9.488	63.331
Fornecedores	25	13.787	7.570	1.650.748	1.534.041
Ordenados e salários a pagar		70.044	140.895	234.554	301.560
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	2.857	952	281.421	306.235
Outros tributos a pagar		3.686	4.350	274.938	187.949
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28	263.664	526.060	269.147	569.956
Redução de capital social a pagar	28	1.500.000	—	1.500.000	—
Pagáveis a partes relacionadas	13	20.634	7.588	26.816	23.269
Passivos financeiros setoriais	15	—	—	64.718	70.013
Outros passivos financeiros	6	—	—	430.829	133.937
Outras contas a pagar		9.589	27.659	92.871	329.528
		1.970.398	753.199	7.757.086	5.620.853
Passivos não circulantes disponíveis para venda	16	—	—	—	152.255
Passivo circulante		1.970.398	753.199	7.757.086	5.773.108
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	3.227.164	2.128.947	11.751.832	8.079.856
Passivos de arrendamento	22.2	8.993	11.629	1.897.951	1.473.203
Instrumentos financeiros derivativos	9	—	—	380.290	297.453
Provisão para demandas judiciais	26	—	—	185.285	63.518
Ordenados e salários a pagar		9.378	—	19.101	—
Obrigações de benefício pós-emprego	27	—	—	385.272	442.164
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	—	—	2.749.009	2.156.383
Passivos financeiros setoriais	15	—	—	1.975.521	1.740.685
Outros passivos financeiros	6	—	—	297.736	—
Outras contas a pagar		—	—	118.654	16.513
Passivo não circulante		3.245.535	2.140.576	19.760.651	14.269.775
Total do passivo		5.215.933	2.893.775	27.517.737	20.042.883
Patrimônio líquido					
Capital social	28	772.500	2.272.500	772.500	2.272.500
Reserva de capital		2.859.854	2.860.598	2.859.854	2.860.598
Outros componentes do patrimônio líquido		(12.655)	154.985	(12.655)	154.985
Reservas de lucros		1.029.852	1.300.881	1.029.852	1.300.881
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores		4.649.551	6.588.964	4.649.551	6.588.964
Acionistas não controladores	18.2	—	—	2.082.831	2.204.656
Total do patrimônio líquido		4.649.551	6.588.964	6.732.382	8.793.620
Total do passivo e patrimônio líquido		9.865.484	9.482.739	34.250.119	28.836.503

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	29	—	—	18.383.448	17.767.327
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	—	—	(14.706.965)	(14.256.031)
Resultado bruto		—	—	3.676.483	3.511.296
Despesas de vendas	30	—	—	(195.472)	(164.399)
Despesas gerais e administrativas	30	(153.169)	(207.421)	(818.420)	(788.015)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	31	(14.827)	70.723	852.247	607.226
Resultado Operacional		(167.996)	(136.698)	(161.645)	(345.188)
Resultado antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido		(167.996)	(136.698)	3.514.838	3.166.108
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	18.1	2.142.484	1.707.820	154.487	178.978
Resultado de equivalência patrimonial		2.142.484	1.707.820	154.487	178.978
Despesas financeiras		(420.394)	(98.971)	(1.587.619)	(1.658.582)
Receitas financeiras		231.655	66.129	977.905	1.283.025
Variação cambial, líquida		1.298	(4)	(578.412)	152.592
Efeito líquido dos derivativos		—	—	333.957	(507.988)
Resultado financeiro líquido	32	(187.441)	(32.846)	(854.169)	(730.953)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.787.047	1.538.276	2.815.156	2.614.133
Imposto de renda e contribuição social	17				
Corrente		(44.916)	—	(1.005.353)	(1.136.919)
Diferido		(49.431)	41.549	38.776	277.608
		(94.347)	41.549	(966.577)	(859.311)
Resultado líquido das operações em continuidade		1.692.700	1.579.825	1.692.700	1.579.825
Resultado líquido das operações em continuidade não controladores		—	—	155.879	174.997
Resultado líquido das operações descontinuadas	16	273.875	23.164	273.875	23.164
Resultado líquido das operações descontinuadas não controladores	16	—	—	—	22.255
Resultado líquido do exercício		1.966.575	1.602.989	2.122.454	1.800.241
Resultado líquido do exercício atribuído aos:					
Acionistas controladores		1.966.575	1.602.989	1.966.575	1.602.989
Acionistas não controladores		—	—	155.879	197.252
		1.966.575	1.602.989	2.122.454	1.800.241

Resultado básico por ação das operações em continuidade - em Reais:	33			
Ordinárias			R\$2,37010	R\$2,21205
Preferenciais			R\$2,37010	R\$2,21205
Resultado básico e diluído por ação das operações descontinuadas - em Reais:	33			
Ordinárias			R\$0,38348	R\$0,03243
Preferenciais			R\$0,38348	R\$0,03243

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	1.966.575	1.602.989	2.122.454	1.800.241
Outros resultados abrangentes:				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	28	61.566	10	61.566
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	9	(280.705)	(13.803)	(20.914)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	9	—	—	144.605
Total	(219.139)	(13.793)	(219.139)	(13.793)
Itens que não podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Equivalência patrimonial de ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		150	180	385
Ganhos atuariais com plano de benefício definido	27	51.349	15.837	78.757
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos atuariais com plano de benefício definido	17	—	—	(26.779)
Total	51.499	16.017	52.363	16.326
Resultado abrangente do exercício - operações em continuidade		1.525.060	1.582.049	1.681.803
Resultado abrangente do exercício - operações descontinuadas		273.875	23.164	273.875
Resultado abrangente do exercício	1.798.935	1.605.213	1.955.678	1.802.774
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores		1.798.935	1.605.213	1.798.935
Acionistas não controladores		—	—	156.743
Total	1.798.935	1.605.213	1.955.678	1.802.774

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Nota	Reserva de lucros							Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Legal	Reserva especial	Retenção de lucros	Lucros acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.272.500	2.860.598	154.985	46.563	—	1.254.318	—	6.588.964	2.204.656	8.793.620
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	1.966.575	1.966.575	155.879	2.122.454
Outros resultados abrangentes:										
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa líquido de imposto	9.c	—	—	(280.705)	—	—	—	(280.705)	—	(280.705)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	28	—	—	61.566	—	—	—	61.566	—	61.566
Equivalência patrimonial de ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		—	—	150	—	—	—	150	235	385
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto		—	—	51.349	—	—	—	51.349	629	51.978
Total de outros resultados abrangentes		—	—	(167.640)	—	—	—	1.966.575	1.798.935	1.955.678
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:										
Redução de capital social	28	(1.500.000)	—	—	—	—	—	(1.500.000)	—	(1.500.000)
Combinações de negócios	18.2	—	—	—	—	—	—	—	574.598	574.598
Alienação de ativos mantidos para venda	18.2	—	—	—	—	—	—	—	(372.030)	(372.030)
Dividendos não reclamados de não controladores	18	—	553	—	—	—	—	553	5	558
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	18 e 28	—	(1.297)	—	—	—	—	(1.297)	1.297	—
Dividendos e juros sobre capital próprio	28	—	—	—	—	—	(1.254.318)	(983.286)	(482.438)	(2.720.042)
Constituição de reserva especial	28	—	—	—	—	983.289	—	(983.289)	—	—
Total de contribuições e distribuições		(1.500.000)	(744)	—	—	983.289	(1.254.318)	(1.966.575)	(3.738.348)	(4.016.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		772.500	2.859.854	(12.655)	46.563	983.289	—	4.649.551	2.082.831	6.732.382

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	<u>Reserva de lucros</u>					Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Legal	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.272.500	2.872.050	152.761	46.563	1.177.389	—	6.521.263	2.085.521	8.606.784
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	—	1.602.989	1.602.989	197.252	1.800.241
Resultados abrangentes:									
Resultado com <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	—	(13.803)	—	—	—	(13.803)	—	(13.803)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	—	10	—	—	—	10	—	10
Equivalência patrimonial de ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	180	—	—	—	180	172	352
Ganhos atuariais com plano de benefício definido, líquido de imposto	—	—	15.837	—	—	—	15.837	137	15.974
Total de outros resultados abrangentes	—	—	2.224	—	—	1.602.989	1.605.213	197.561	1.802.774
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas:									
Combinação de negócios	—	—	—	—	—	—	—	237.460	237.460
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	—	(405)	—	—	—	—	(405)	405	—
Ações outorgadas reconhecidas	—	967	—	—	—	—	967	7	974
Transações com pagamento baseado em ações	—	(13.479)	—	—	—	—	(13.479)	(118)	(13.597)
Dividendos não reclamados de não controladores	—	1.465	—	—	—	—	1.465	13	1.478
Dividendos e juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(724.565)	(801.495)	(1.526.060)	(316.193)	(1.842.253)
Constituição reserva de retenção de lucros	—	—	—	—	801.494	(801.494)	—	—	—
Total de contribuições e distribuições	—	(11.452)	—	—	76.929	(1.602.989)	(1.537.512)	(78.426)	(1.615.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.272.500	2.860.598	154.985	46.563	1.254.318	—	6.588.964	2.204.656	8.793.620

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.787.047	1.538.276	2.815.156	2.614.133
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	30	5.065	4.142	1.088.610	899.635
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	18.1	(2.142.484)	(1.707.820)	(154.487)	(178.978)
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível	31	14.183	50	63.242	31.174
Transações com pagamento baseado em ações	34	37.103	53.404	37.605	60.801
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	31	925	—	36.699	7.225
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos sobre a dívida líquida		395.795	92.276	1.324.575	1.132.680
Juros, derivativos, variações monetárias e cambiais, líquidos		(55.540)	3.438	50.095	124.920
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	15	—	—	(37.061)	(110.125)
Provisão de bônus e participação no resultado		14.104	26.013	109.347	109.314
Provisão para perdas de crédito esperadas	12	—	—	34.489	17.314
Realização de receita diferida		—	(77.981)	—	(592.601)
Outros		—	—	(237.164)	43.695
		56.198	(68.202)	5.131.106	4.159.187
Varição em:					
Contas a receber de clientes		—	—	(131.229)	398.863
Estoque		—	—	248.742	(207.963)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		499	1.704	(839.995)	(673.950)
Partes relacionadas, líquidas		10.624	19.412	2.367	4.538
Fornecedores e outros passivos financeiros		5.875	4.793	(158.248)	(254.941)
Ordenados e salários a pagar		(112.680)	8.330	(204.200)	(54.190)
Obrigação de benefício pós-emprego		—	—	(31.099)	(26.931)
Outros ativos e passivos, líquidos		(17.337)	18.970	(150.082)	(41.974)
		(113.019)	53.209	(1.263.744)	(856.548)
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades operacionais					
		(56.821)	(14.993)	3.867.362	3.302.639
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aporte de capital em subsidiárias e associadas		(389.404)	(916.724)	—	—
Redução de capital em subsidiárias	18.1	41.005	—	—	—
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido		—	—	(330.593)	(135.000)
Compra de títulos e valores mobiliários, líquido		(27.874)	(1.329)	(171.544)	(153.736)
Caixa restrito		—	—	(42.309)	(567)
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	18.1	3.389.826	732.171	86.238	210.492
Recebíveis de partes relacionadas	13	(950.000)	—	—	—
Caixa na alienação de operação descontinuada		629.155	—	629.155	—
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato		(32.855)	(10.090)	(2.135.908)	(2.317.889)
Dividendos recebidos de operações descontinuadas	16	24.510	—	24.510	62.699
Recebimento instrumentos financeiros derivativos		—	—	175	6.194
Pagamento instrumentos financeiros derivativos		—	—	(187)	(11.291)

Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível		—	—	1.496	4.637
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		2.684.363	(195.972)	(1.938.967)	(2.334.461)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	23	1.493.693	1.728.823	6.023.406	3.128.374
Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	23	(400.000)	—	(2.284.936)	(1.547.820)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	23	(344.771)	(57.236)	(783.241)	(400.070)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	(355.584)	(459.378)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos		—	—	27.658	284.728
Amortização de principal sobre arrendamentos	22.2	(2.793)	(2.014)	(44.719)	(38.590)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	22.2	(1.137)	(1.745)	(155.913)	(53.708)
Dividendos pagos	28	(2.500.000)	(1.042.611)	(3.073.706)	(1.340.220)
Pagamento de remuneração baseada em ações		—	—	—	(13.597)
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de financiamento		(1.755.008)	625.217	(647.035)	(440.281)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		872.534	414.252	1.281.360	527.897
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		680.246	265.994	3.931.532	3.403.635
Efeito da variação cambial sobre o saldo de caixa e equivalentes de caixa		—	—	58.364	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.552.780	680.246	5.271.256	3.931.532
Informação complementar					
Impostos de renda e contribuição social pagos		—	(460)	(915.940)	(465.866)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e consolidado:

- (i) Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R\$ 238.303 (R\$ 248.246 em 31 de dezembro de 2023).
- (ii) Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 76.272, relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento (R\$ 1.563.438 em 31 de dezembro de 2023).
- (iii) Parcela remanescente referente a aquisição da Compagas no montante de R\$ 595.567 que serão liquidadas até setembro de 2026.
- (iv) Em 30 de novembro de 2024 a Companhia realizou redução de capital a pagar no montante de R\$ 1.500.000.
- (v) Em 31 de dezembro de 2024 houve a destinação de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 263.664.

Apresentação de juros e dividendos:

Os juros, dividendos e juros sobre capital próprio pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários e os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato, assim como dividendos e juros sobre capital próprio recebidos são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas					
Receitas de distribuição e comercialização de gás		—	—	19.353.378	19.984.139
Receita na prestação de serviços	29	—	—	491.904	607.671
Receita de construção	29	—	—	1.602.284	1.494.142
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(13.902)	70.722	818.458	591.693
Provisão para perdas de crédito esperadas	12	—	—	(34.489)	(17.314)
		(13.902)	70.722	22.231.535	22.660.331
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos do gás		—	—	(12.903.373)	(14.493.969)
Custos dos serviços prestados		—	—	(48.119)	(53.632)
Custo de construção	30	—	—	(1.602.284)	(1.494.142)
Materiais, serviços e outras despesas		(32.900)	(63.244)	(317.608)	(560.380)
		(32.900)	(63.244)	(14.871.384)	(16.602.123)
Valor adicionado bruto		(46.802)	7.478	7.360.151	6.058.208
Retenções					
Depreciação e amortização	30	(5.065)	(4.142)	(1.088.610)	(899.635)
Valor adicionado líquido produzido		(51.867)	3.336	6.271.541	5.158.573
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	18.1	2.142.484	1.707.820	154.487	178.978
Resultado das operações descontinuadas		273.875	23.164	273.875	45.419
Receitas financeiras		231.655	66.129	977.905	1.283.025
		2.648.014	1.797.113	1.406.267	1.507.422
Valor adicionado total a distribuir		2.596.147	1.800.449	7.677.808	6.665.995
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		111.317	136.505	320.163	365.633
Remuneração direta		85.843	102.993	200.294	216.534
Benefícios		6.073	6.398	70.860	87.363
FGTS e outros		19.401	27.114	49.009	61.736
Impostos, taxas e contribuições		97.747	(39.479)	3.424.385	2.464.588
Federais		94.347	(41.549)	2.022.435	1.378.420
Estaduais		—	—	1.361.394	1.036.027
Municipais		3.400	2.070	40.556	50.141
Despesas financeiras e alugueis		420.508	100.434	1.810.806	2.035.533
Juros e variação cambial		419.096	98.975	1.864.708	1.845.883
Alugueis		1.412	1.459	52.277	43.886
Outros		—	—	(106.179)	145.764
Remuneração de capitais próprios		1.966.575	1.602.989	2.122.454	1.800.241
Participação dos acionistas não-controladores		—	—	155.879	174.997
Dividendos propostos		983.287	801.495	1.077.809	844.286
Resultado do exercício das operações em continuidade, líquido de destinações		709.413	778.330	614.891	735.539
Resultado do exercício das operações		273.875	23.164	273.875	45.419
Total		2.596.147	1.800.449	7.677.808	6.665.995

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Compass Gás e Energia S.A. ("Compass Gás e Energia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (B3). Constituída em 12 de novembro de 2014, a Companhia é controlada pela Cosan Dez Participações S.A. ("Cosan Dez"), que detém 88% do seu capital social. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final.

A Compass Gás e Energia atua principalmente na administração, controle e gestão de um portfólio de investimentos, com o objetivo de expandir um mercado de gás e energia mais amplo, transparente e competitivo no Brasil. Por meio de suas subsidiárias, a Companhia desenvolve as seguintes atividades: (i) distribuição de gás natural canalizado no Brasil, atendendo clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração; (ii) comercialização de gás natural; (iii) desenvolvimento de projetos de infraestrutura; e (vi) construção, operação e manutenção de instalações de regaseificação e transferência de gás natural liquefeito (GNL).

1.1. Início das operações do Terminal de Regaseificação de São Paulo ("TRSP")

Em 2024, iniciou-se as operações do TRSP, que contempla um modelo de operação e serviços focado em ativos estratégicos de infraestrutura e logística de GNL.

Esse marco operacional foi viabilizado, principalmente, pela conclusão da obra do terminal de regaseificação de gás natural liquefeito, situado em Santos/SP. Conforme detalhado na nota 19, esse ativo foi transferido da rubrica de "obras em andamento".

1.2. Aquisição de controle da Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS

Em 16 de setembro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição de 51% do capital social e do controle da Companhia Paranaense de Gás - Compagas pelo montante de R\$ 962.125, obtendo conseqüentemente a assunção do controle. Para mais detalhes, vide nota 18.3.

1.3. Conclusão da venda dos ativos e passivos mantidos para venda

Em 06 de novembro de 2024, a Companhia concluiu a alienação integral do seu percentual de participação de 51% na Norgás S.A. pelo montante de R\$ 629.155, vide nota 16.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Administração em 25 de fevereiro de 2025.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** – determinação das premissas não observáveis utilizadas na mensuração de valor justo.
- **Nota 12** – determinação dos montantes de receita não faturada e da provisão para perdas de crédito esperadas.
- **Nota 18.3** – determinação das premissas para apuração do valor justo de ativos e passivos na aquisição de subsidiárias.
- **Nota 15** – determinação do volume e preços da molécula de gás para apuração dos ativos e passivos financeiros setoriais.
- **Nota 19** – avaliação da recuperabilidade do Intangível.

- **Notas 22** – determinação da taxa de desconto incremental e opção de renovação ou compra para apuração do direito de uso e passivo de arrendamento.
- **Nota 24** - determinação das premissas de projeção dos compromissos futuros dos contratos de concessão.
- **Nota 17** – determinação das premissas utilizadas nas projeções de resultado utilizadas para avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos.
- **Nota 26** – determinação da probabilidade de perda e valor das provisões para demandas judiciais.
- **Nota 27** – determinação das premissas para apuração das obrigações de benefício pós-emprego.
- **Nota 34** – determinação do valor justo da ação para apuração do passivo de pagamentos baseados em ações.

4. Normas contábeis

4.1 Normas contábeis recentemente adotadas pela Companhia

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sale and leaseback</i> .
IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis	A alteração na norma especifica os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado").	As alterações introduzem novos objetivos de divulgação para transações de financiamento de fornecedores (risco sacado) incluindo termos e condições e prazos de recebimento.
IAS 12/ CPC 32 - Tributos sobre o Lucro e IFRS 09/ CPC 48 - Instrumentos financeiros.	As Alterações trazem ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.

As alterações discorridas acima não tiveram impacto nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Grupo Compass.

4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
IAS 21/ CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e IFRS 01/ CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.	As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras. Além disso, foi alterado o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. A Compass está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras consolidadas e suas notas explicativas.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.	O IFRS 19 permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos. A Compass não é elegível para a aplicação do IFRS 19.
IFRS 09/ CPC 48 - Instrumentos financeiros e IFRS 07/CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: Evidenciação.	As alterações nos pronunciamentos técnicos buscam que determinados requisitos da norma sejam mais claros e consistentes considerando os seguintes temas: (i) classificação dos ativos financeiros com características atreladas a temas <i>Environmental, Social and Governance</i> ("ESG"); e (ii) desreconhecimento de passivos liquidados através de sistemas de pagamento eletrônico. Em complemento introduzem requisitos de divulgação adicional para empresas com investimento em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.

IAS 28/ CPC 18 - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A atualização alinha as práticas contábeis do Brasil às internacionais. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Compass.
--	---

5. Informação por segmento

As informações por segmento são utilizadas pela Administração da Companhia (o *Chief Operating Decision Maker*) para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (“*EBITDA - Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*”).

Segmentos reportados:

- i. Distribuição de Gás: refere-se, principalmente, as distribuidoras de gás natural canalizado que a Companhia tem controle ou participação. As regiões de atuação são no Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país e atendem clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.
- ii. Marketing & serviços: refere-se, principalmente, a comercialização de gás, sendo a compra e a venda de gás a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação, regaseificação de gás natural liquefeito (“GNL”), outros investimentos em processo de desenvolvimento.

Além do portfólio de investimentos no setor de gás a Companhia apresenta os efeitos em seu resultado relacionados as atividades corporativas da Compass Gás e Energia S.A. de forma separada como “Compass Corporativo”.

	31/12/2024				
	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	Consolidado
Resultado					
Receita operacional bruta	22.802.177	2.020.577	—	(1.821.014)	23.001.740
Receita operacional líquida	18.231.354	1.554.173	—	(1.402.079)	18.383.448
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.628.387)	(1.485.921)	—	1.407.343	(14.706.965)
Resultado bruto	3.602.967	68.252	—	5.264	3.676.483
Despesas de vendas	(174.497)	(20.975)	—	—	(195.472)
Despesas gerais e administrativas	(482.763)	(182.488)	(153.169)	—	(818.420)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	229.684	642.654	(14.827)	(5.264)	852.247
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	154.487	—	2.142.484	(2.142.484)	154.487
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(920.886)	(304.342)	(420.394)	58.003	(1.587.619)
Receitas financeiras	688.342	115.911	231.655	(58.003)	977.905
Variação cambial	(483.683)	(96.027)	1.298	—	(578.412)
Efeito líquido dos derivativos	309.225	24.732	—	—	333.957
Resultado financeiro, líquido	(407.002)	(259.726)	(187.441)	—	(854.169)
Imposto de renda e contribuição social	(896.202)	23.972	(94.347)	—	(966.577)
Resultado líquido das operações em continuidade	2.026.674	271.689	1.692.700	(2.142.484)	1.848.579
Resultado líquido das operações descontinuadas	—	—	273.875	—	273.875
Resultado líquido do exercício	2.026.674	271.689	1.966.575	(2.142.484)	2.122.454
Resultado líquido atribuído aos:					
Acionistas controladores	1.872.023	270.461	1.966.575	(2.142.484)	1.966.575
Acionistas não controladores	154.651	1.228	—	—	155.879
Total	2.026.674	271.689	1.966.575	(2.142.484)	2.122.454
Outras informações selecionadas					
Depreciação e amortização	975.717	107.828	5.065	—	1.088.610
EBITDA	4.305.595	615.271	2.253.428	(2.142.484)	5.031.810
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(1.662.301)	(440.752)	(32.855)	—	(2.135.908)
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do exercício	2.026.674	271.689	1.966.575	(2.142.484)	2.122.454
Impostos de renda e contribuição social	896.202	(23.972)	94.347	—	966.577
Resultado financeiro	407.002	259.726	187.441	—	854.169
Depreciação e amortização	975.717	107.828	5.065	—	1.088.610
EBITDA	4.305.595	615.271	2.253.428	(2.142.484)	5.031.810

	31/12/2023				
	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	Consolidado
Resultado					
Receita operacional bruta	22.099.990	—	—	—	22.099.990
Receita operacional líquida	17.767.327	—	—	—	17.767.327
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.256.031)	—	—	—	(14.256.031)
Resultado bruto	3.511.296	—	—	—	3.511.296
Despesas de vendas	(164.399)	—	—	—	(164.399)
Despesas gerais e administrativas	(460.247)	(120.347)	(207.421)	—	(788.015)
Outras despesas operacionais, líquidas	120.155	416.348	70.723	—	607.226
Equivalência patrimonial em subsidiárias e associadas	178.978	—	1.707.820	(1.707.820)	178.978
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	(1.365.055)	(194.556)	(98.971)	—	(1.658.582)
Receitas financeiras	1.027.158	189.738	66.129	—	1.283.025
Variação cambial	144.191	8.405	(4)	—	152.592
Efeito líquido dos derivativos	(481.225)	(26.763)	—	—	(507.988)
Resultado financeiro, líquido	(674.931)	(23.176)	(32.846)	—	(730.953)
Imposto de renda e contribuição social	(808.862)	(91.998)	41.549	—	(859.311)
Resultado líquido das operações em continuidade	1.701.990	180.827	1.579.825	(1.707.820)	1.754.822
Resultado líquido das operações descontinuadas	45.419	—	23.164	(23.164)	45.419
Resultado líquido do exercício	1.747.409	180.827	1.602.989	(1.730.984)	1.800.241
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores	1.550.678	180.306	1.602.989	(1.730.984)	1.602.989
Acionistas não controladores	196.731	521	—	—	197.252
Total	1.747.409	180.827	1.602.989	(1.730.984)	1.800.241
Outras informações selecionadas					
Depreciação e amortização	856.312	39.181	4.142	—	899.635
EBITDA	4.087.514	335.182	1.598.428	(1.730.984)	4.290.140
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	(1.642.400)	(665.399)	(10.090)	—	(2.317.889)
Reconciliação EBITDA					
Resultado líquido do exercício	1.747.409	180.827	1.602.989	(1.730.984)	1.800.241
Impostos de renda e contribuição social	808.862	91.998	(41.549)	—	859.311
Resultado financeiro	674.931	23.176	32.846	—	730.953
Depreciação e amortização	856.312	39.181	4.142	—	899.635
EBITDA	4.087.514	335.182	1.598.428	(1.730.984)	4.290.140

	31/12/2024				Consolidado
	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	
Itens do balanço patrimonial:					
Ativo total	26.617.323	6.187.981	9.865.484	(8.420.669)	34.250.119
Passivo total	19.106.794	4.470.443	5.215.933	(1.275.433)	27.517.737
Patrimônio líquido atribuído aos:					
Acionistas controladores	5.665.937	1.479.299	4.649.551	(7.145.236)	4.649.551
Acionistas não controladores	1.844.592	238.239	—	—	2.082.831
Total do Patrimônio líquido	7.510.529	1.717.538	4.649.551	(7.145.236)	6.732.382

	31/12/2023				Consolidado
	Segmentos reportados		Reconciliação		
	Distribuição de gás	Marketing & serviços	Compass Corporativo	Eliminações	
Itens do balanço patrimonial:					
Ativo total	23.666.225	4.361.839	9.482.739	(8.674.300)	28.836.503
Passivo total	14.950.207	2.616.274	2.893.775	(417.373)	20.042.883
Patrimônio líquido atribuível aos:					
Acionistas controladores	6.749.343	1.507.584	6.588.964	(8.256.927)	6.588.964
Acionistas não controladores	1.966.675	237.981	—	—	2.204.656
Total do Patrimônio líquido	8.716.018	1.745.565	6.588.964	(8.256.927)	8.793.620

5.1 Receita operacional líquida por categoria de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Distribuição de gás		
Industrial	12.011.813	11.411.212
Residencial	2.331.607	2.202.348
Cogeração	511.997	710.288
Automotivo	485.848	592.917
Comercial	868.458	820.685
Termogeração	14.166	2.517
Receita de construção	1.602.284	1.494.142
Outros	405.181	533.218
Total	18.231.354	17.767.327
Marketing & serviços		
Comercialização de gás	1.554.173	—
Total	1.554.173	—
Eliminações		
	(1.402.079)	—
Total	18.383.448	17.767.327

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita operacional líquida total consolidada nos exercícios apresentados.

6. Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

A classificação dos ativos e passivos financeiros é baseada em dois critérios:

- o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e
- se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros e passivos financeiros são mensurados ao seu valor justo acrescidos ou deduzidos de eventuais custos de transação.

A mensuração subsequente será conforme a classificação dada:

- Custo amortizado - juros e eventuais perdas de crédito esperadas reconhecidos no resultado.
- Valor justo pelo resultado (VJR) - valor justo reconhecido no resultado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Quando há modificação do passivo, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, o passivo anterior será baixado e um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.511.946	673.581	4.166.010	2.969.358
Caixa restrito	11	—	—	46.978	4.678
Contas a receber de clientes	12	—	—	1.804.823	1.550.973
Recebíveis de partes relacionadas	13	1.017.975	7.554	318	10.884
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	18.1	7.450	370.912	29.346	35.797
Ativos financeiros setoriais	15	—	—	731.642	548.700
Total		2.537.371	1.052.047	6.779.117	5.120.390
Valor justo por meio do resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	10	40.834	6.665	1.105.246	962.174
Títulos e valores mobiliários	11	33.342	2.823	1.074.806	800.267
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	356.589	175.655
Total		74.176	9.488	2.536.641	1.938.096
Total		2.611.547	1.061.535	9.315.758	7.058.486

Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	(3.309.333)	(2.163.479)	(6.590.256)	(3.998.033)
Passivos de arrendamento	24	(12.961)	(15.222)	(2.122.306)	(1.636.943)
Fornecedores	25	(13.787)	(7.570)	(1.650.748)	(1.534.041)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28	(263.664)	(526.060)	(269.147)	(569.956)
Redução de capital social a pagar	28	(1.500.000)	—	(1.500.000)	—
Pagáveis a partes relacionadas	13	(20.634)	(7.588)	(26.816)	(23.269)
Passivos financeiros setoriais	15	—	—	(2.040.239)	(1.810.698)
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		—	—	(728.565)	(133.937)
Total		(5.120.379)	(2.719.919)	(14.928.077)	(9.706.877)
Valor justo por meio do resultado					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	23	—	—	(7.858.777)	(6.019.117)
Instrumentos financeiros derivativos	7	—	—	(389.778)	(360.784)
Total		—	—	(8.248.555)	(6.379.901)
Total		(5.120.379)	(2.719.919)	(23.176.632)	(16.086.778)

⁽ⁱ⁾ O saldo de contido nesta rubrica é composto por: (a) Parcelas remanescentes referente a aquisição da Compagas no montante de R\$595.566 que serão liquidadas até setembro de 2026. O montante é remunerado pela SELIC e o efeito da atualização monetária no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizou R\$ 17.835. (b) Na subsidiária Comgás, em 31 de dezembro de 2024 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 132.999 (R\$ 133.937 em 31 de dezembro de 2023). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação. As demais subsidiárias não possuem operações de risco sacado com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2024.

7. Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- Nível 3: utilizam inputs para mensurar o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos

não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- o uso de preços de mercado cotados;
- para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas observáveis no mercado; e
- para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Todas as estimativas resultantes de valor justo que tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio estão incluídas no Nível 2.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia e suas subsidiárias.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

	Nota	Valor contábil e valor justo ⁽ⁱ⁾	
		31/12/2024	31/12/2023
		Nível 2	Nível 2
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	10	1.105.246	962.174
Títulos e valores mobiliários	11	1.074.806	800.267
Instrumentos financeiros derivativos	9	356.589	175.655
Total		2.536.641	1.938.096
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(7.858.777)	(6.019.117)
Instrumentos financeiros derivativos	9	(389.778)	(360.784)
Total		(8.248.555)	(6.379.901)

⁽ⁱ⁾ As operações com instrumentos financeiros da Companhia e suas subsidiárias que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato deles possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia e suas subsidiárias.

8. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia e suas subsidiárias considera as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais fornecem princípios escritos para o gerenciamento de risco global e de áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excesso de liquidez.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de hedge é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de hedge e o item coberto. Nos casos em que empréstimos com taxa de juros flutuante são o item coberto, resultará no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora o retorno sobre o capital para cada um de seus negócios.

Risco de mercado

A Administração gerencia e controla as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia e suas subsidiárias utilizam derivativos para administrar riscos de mercado contratados de acordo as diretrizes estabelecidas por Política interna.

Risco cambial

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas moedas e minimizar impactos das disparidades em seus ativos e passivos.

O cenário provável considera uma projeção de câmbio em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio usadas no cenário provável.

Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação ao Dólar afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Instrumento	31/12/2024	Provável		Cenários			
		Câmbio	Valor	25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalente de Caixa	531.173	6,07	520.682	650.852	781.023	390.511	260.341
Passivos de arrendamentos ⁽ⁱ⁾	(2.018.940)	6,07	(1.979.065)	(2.473.832)	(2.968.598)	(1.484.299)	(989.533)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.695.565)	6,07	(2.622.868)	(3.278.585)	(3.934.302)	(1.967.151)	(1.311.434)
Instrumentos financeiros derivativos - dívida	2.695.565	6,07	2.622.868	3.278.585	3.934.302	1.967.151	1.311.434
Exposição cambial, líquida	(1.487.767)	—	(1.458.383)	(1.822.980)	(2.187.575)	(1.093.788)	(729.192)

⁽ⁱ⁾ A Companhia designou 100% do passivo de arrendamento exposto a dólar para proteção de receitas futuras altamente prováveis, conforme demonstrado na nota 9.

Risco da taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de avaliar a eventual necessidade de contratação de instrumentos financeiros derivativos, de forma a garantir a proteção contra a volatilidade dessas taxas e minimizar impactos das disparidades entre seus ativos e passivos.

O cenário provável considera uma projeção dos indicadores econômicos em 12 meses, elaborada por uma consultoria especializada. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nos indicadores econômicos usados no cenário provável.

Os principais efeitos oriundos de um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível dos indicadores econômicos afetaria a mensuração de ativos e passivos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado pelas quantias indicadas abaixo:

Exposição taxa de juros	31/12/2024	Provável		Cenários			
		Juros	Valor	25%	50%	(25%)	(50%)
Caixa e equivalentes de	4.740.063	CDI - 14,30%	5.375.975	5.544.078	5.712.181	5.207.871	5.039.768
Títulos e valores mobiliários	1.074.806	CDI - 14,30%	1.229.481	1.268.149	1.306.818	1.190.812	1.152.143
Caixa restrito	46.978	CDI - 14,30%	53.694	55.373	57.052	52.015	50.336
Passivo de arrendamento ⁽ⁱ⁾	(589.732)	IPCA - 4,74% e CPI - 2,90%	(610.307)	(763.771)	(915.461)	(458.617)	(305.153)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(14.488.151)	CDI - 14,30%	(16.632.980)	(17.139.795)	(17.646.609)	(16.126.165)	(15.619.350)
Passivo financeiro	(595.567)	Selic - 14,40%	(680.708)	(701.993)	(723.279)	(659.423)	(638.137)
Total	(9.811.603)	—	(11.264.845)	(11.737.959)	(12.209.298)	(10.793.507)	(10.320.393)

⁽ⁱ⁾ Exposição relacionada apenas à parcela contratual que sofre remensuração anual no mês de julho de cada ano.

Risco de preço

Gás Natural

A Companhia e suas subsidiárias realizam operações com derivativos de gás natural, a fim de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural em seus contratos de compra e venda de gás natural com entidades terceiras. Parte desses instrumentos estão designados em *hedge accounting* para a proteção dos fluxos de caixa (vide nota 9), abaixo apresentamos uma análise de sensibilidade referente a

oscilação de preço:

Instrumento	Fator de risco	31/12/2024	Provável	Cenários			
				25%	50%	(25%)	(50%)
Derivativos de Brent	Variação no preço U.S.\$ / bbl	21.174	(1.200)	(622)	(44)	(1.777)	(2.355)

Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações.

Os montantes de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A" nacional. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria de acordo com a política da Companhia.

Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
AAA	5.862.880	4.635.702
AA	314.293	151.497
A	571.942	124.932
Total	6.749.115	4.912.131

Risco de liquidez

A abordagem da Companhia e suas subsidiárias é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

Os principais passivos financeiros de longo prazo da Companhia são classificados pelas datas de vencimento e estão demonstrados nas notas 22 e 23.

9. Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil:

Os derivativos são mensurados ao seu valor justo, sendo este atualizado ao final de cada período de reporte. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de *hedge* e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de *hedge*. A Companhia e suas subsidiárias, se necessário, designam certos derivativos como:

- *hedge* de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou
- *hedge* de um risco particular associado aos fluxos de caixa de ativos e passivos reconhecidos e transações previstas altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas subsidiárias documentam a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de *hedge* devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

É documentado o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização das operações de *hedge*. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de *hedge* são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outras receitas (despesas) financeiras.

O valor justo total de um derivativo de cobertura é classificado como um ativo ou passivo não corrente quando a maturidade remanescente do item coberto é superior a 12 meses; é classificado como ativo ou passivo circulante quando o vencimento remanescente do item objeto de *hedge* for menor que 12 meses.

A Companhia e suas subsidiárias avaliam, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua, se os instrumentos de *hedge* enquadrados em *hedge accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis. A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida na rubrica Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva no Resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados ao resultado ou ao balanço patrimonial quando o objeto é reconhecido, ajustando a rubrica em que foi contabilizado o objeto de *hedge*.

	Consolidado			
	Nocional		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a termo - NDF	99.909	6.716	9.990	(147)
Contratos de opções cambiais - PUT	411.000	363.098	3.096	30.677
Total	510.909	369.814	13.086	30.530
Derivativos de commodities				
Contratos a termo - NDF	21.174	28.494	(7.158)	4.333
Total	21.174	28.494	(7.158)	4.333
Risco de taxa de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	6.103.930	4.919.169	(360.078)	77.982
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	506.073	2.253.960	320.961	(297.974)
Total	6.610.003	7.173.129	(39.117)	(219.992)

Total dos instrumentos financeiros			(33.189)	(185.129)
Ativo circulante			168.992	24.449
Ativo não circulante			187.597	151.206
Passivo circulante			(9.488)	(63.331)
Passivo não circulante			(380.290)	(297.453)
Total			(33.189)	(185.129)

Hedge de valor justo

A subsidiária Comgás adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens por objeto de *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

As dívidas são objeto de *hedge* de risco de juros estão indicadas na tabela abaixo:

		<u>Nocional</u>	<u>Valor registrado ⁽ⁱ⁾</u>		<u>Ajuste de valor acumulado ⁽ⁱⁱ⁾</u>	
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Hedge risco de juros						
Objetos						
Projeto VIII	IPCA + 5,87%	(791.665)	(678.785)	(803.989)	100.511	54.807
Total débito		(791.665)	(678.785)	(803.989)	100.511	54.807
Instrumentos financeiros derivativos						
Projeto VIII	99,70% do CDI	791.665	(101.565)	(56.085)	(45.480)	34.108
Total derivativos		791.665	(101.565)	(56.085)	(45.480)	34.108
Total		—	(780.350)	(860.074)	55.031	88.915

⁽ⁱ⁾ Saldos registrados no balanço patrimonial;

⁽ⁱⁱ⁾ Variação registrada no resultado financeiro, líquido.

Opções por valor justo

A Companhia optou irrevogavelmente por designar os passivos abaixo para registro ao valor justo por meio do resultado, uma vez que contratou instrumentos derivativos para proteção das exposições cambiais ou de juros para tais, mantendo assim o objeto e instrumento na mesma base de mensuração:

		<u>Nocional</u>	<u>Valor registrado</u>		<u>Ajuste de valor acumulado</u>	
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Risco de câmbio						
Objetos						
Scotiabank 2021	USD + 1,60%	—	—	(362.774)	—	2.106
Scotiabank 2022	USD + 2,51%	(1.097.400)	(1.245.669)	(943.486)	3.580	33.324
Scotiabank 2023	USD + 4,76%	(749.310)	(926.262)	(734.191)	5.920	(5.468)
BNP Paribas 2024	EUR + 5,74%	504.226	(523.634)	—	(19.408)	—
Total		(1.342.484)	(2.695.565)	(2.040.451)	(9.908)	29.962
Instrumentos derivativos						

Scotiabank 2018	CDI + 7,90%	—	—	—	—	(123.760)
Scotiabank 2021	CDI + 1,25%	—	—	(63.184)	—	(12.939)
Scotiabank 2022	CDI + 1,20%	1.097.400	95.971	(212.180)	308.150	(51.811)
Scotiabank 2023	CDI + 1,35%	749.310	169.185	(22.611)	191.795	(22.611)
BNP Paribas 2024	CDI + 1,30%	(504.226)	55.805	—	347.714	—
Total derivativos		1.342.484	320.961	(297.975)	847.659	(211.121)
Total		—	(2.374.604)	(2.338.426)	837.751	(181.159)

		<i>Nocional</i>	<u>Valor registrado</u>		<u>Ajuste de valor acumulado</u>	
			<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Risco de juros						
Objetos						
BNDES Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	(101.543)	(88.477)	(112.946)	3.288	(150)
BNDES Projeto VIII	IPCA + 3,25%	(688.876)	(639.325)	(743.674)	39.439	5.967
BNDES Projeto IX	IPCA + 5,74%	(565.582)	(554.820)	(598.752)	54.110	(19.875)
BNDES Projeto IX - Sub A	IPCA + 5,74%	(306.207)	(287.962)	—	22.242	—
BNDES Projeto IX - Sub A	IPCA + 5,74%	(196.598)	(184.883)	—	10.864	—
BNDES Projeto IX - Sub B	IPCA + 6,01%	(315.186)	(295.695)	—	23.999	—
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	—	—	(554.147)	—	3.509
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	(38.273)	(41.436)	(80.960)	718	(708)
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	(500.000)	(512.946)	(550.342)	88.728	19.868
11ª emissão - 1ª Série	IPCA + 6,38%	(750.000)	(685.420)	—	72.780	—
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	(500.000)	(466.173)	(533.854)	133.379	34.919
12ª emissão - série única	IPCA + 7,17%	(600.000)	(588.142)	—	(10.096)	—
11ª emissão - 2ª Série	IPCA + 6,45%	(750.000)	(662.782)	—	85.912	—
Total		(5.312.265)	(5.008.061)	(3.174.675)	525.363	43.530
Instrumentos derivativos						
BNDES Projetos VI e VII	87,50% do CDI	101.543	(3.332)	64	(3.396)	2.110
BNDES Projeto VIII	91,90% do CDI	688.876	(39.834)	(6.578)	(33.256)	14.461
BNDES Projeto IX	98,9% do CDI	565.582	1.394	46.904	(45.510)	53.536
BNDES Projeto IX - Sub A	98,49% do CDI	306.207	(14.383)	—	(14.383)	—
BNDES Projeto IX - Sub A	92,35% do CDI	196.598	(8.929)	—	(8.929)	—
BNDES Projeto IX - Sub B	95,55% do CDI	315.186	(15.994)	—	(15.994)	—
6ª emissão - série única	89,9% do CDI	—	—	20.116	—	30.535
4ª emissão - 3ª série	112,49% do CDI	38.273	3.203	4.567	(1.364)	5.345
9ª emissão - 1ª série	109,20% do CDI	500.000	5.192	42.093	(36.901)	59.798
11ª emissão - 1ª Série	100,45% do CDI	750.000	(71.755)	—	(71.755)	—
9ª emissão - 2ª série	110,60% do CDI	500.000	(39.535)	26.901	(66.436)	67.342
12ª emissão - série única	95,66% do CDI	600.000	10.424	—	10.424	—
11ª emissão - 2ª Série	99,70% do CDI	750.000	(84.963)	—	(84.963)	—
Total derivativos		5.312.265	(258.512)	134.067	(372.463)	233.127
Total		—	(5.266.573)	(3.040.608)	152.900	276.657

Hedge de fluxo de caixa

A subsidiária Edge Comercialização S.A. celebrou contrato de venda (risco BRENT) de gás natural com entidade terceira e parte relacionada. Com o intuito de mitigar os riscos decorrentes das oscilações nos indexadores de gás natural, a subsidiária designou essa operação sujeita a *hedge accounting* para a respectiva proteção de fluxos de caixas.

Nessa contratação, os benefícios esperados são: reduzir o risco financeiro associado a flutuações nos preços do gás natural, evitar oscilações no resultado financeiro dos instrumentos de *hedge*, proteger as margens da Companhia, assim como, manter a previsibilidade em seus custos ou receitas, garantindo uma maior estabilidade nos resultados operacionais, esta operação foi liquidada no exercício de 2024.

A subsidiária TRSP adotou uma estratégia de *hedge accounting* para proteger seus resultados da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa decorrente dos efeitos cambiais das receitas altamente prováveis em dólares projetados para um período de 20 anos, através de instrumentos de proteção não derivativos – passivo de arrendamento em dólares já contratado.

Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido das subsidiárias e as estimativas de realização no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	31/12/2024	31/12/2023
Futuro	B3	BRENT	—	(2.843)
Arrendamentos	—	Câmbio	446.224	(18.071)
Total			446.224	(20.914)
(-) Tributos diferidos			(151.716)	7.111
Efeito no patrimônio líquido			294.508	(13.803)

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos consolidados em outros resultados abrangentes durante o exercício:

Saldo em 31/12/2022	—
Movimentação ocorrida no exercício:	
Valor justo de futuros de <i>commodities</i> JKM	12.012
Valor justo de futuros de <i>commodities</i> BRENT	(12.628)
Valor justo de termo câmbio	(18.071)
Total	(18.687)
Realizações e baixas de resultados	
Custo <i>commodities</i> JKM	(12.012)
Inefetividade <i>commodities</i> JKM	9.785
Total	(2.227)
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	(20.914)
Efeito de tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial	7.111
Total	(13.803)
Saldo em 31/12/2023	(13.803)
Movimentação ocorrida no exercício:	
Valor justo de futuros de <i>commodities</i> BRENT	(20.187)
Valor justo de termo câmbio	(435.575)
Total	(455.762)
Realizações e baixas de resultados	
Custo <i>commodities</i> BRENT	5.149
Inefetividade <i>commodities</i> BRENT	17.880

Custo termo câmbio	6.937
Inefetividade termo câmbio	486
Total	30.452
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	(425.310)
Efeito de tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial	144.605
Total	(280.705)
Saldo em 31/12/2024	(294.508)

10. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento				
Bancos conta movimento	28	91	217.617	82.814
Bancos conta movimento - <i>Overnight</i>	—	—	531.173	—
Total	28	91	748.790	82.814
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas	16.572	6.665	1.080.984	962.174
Certificado de depósitos bancários - CDB	24.262	—	24.262	—
Total	40.834	6.665	1.105.246	962.174
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas	—	—	91.498	115.592
Certificado de depósitos bancários - CDB	1.511.918	673.490	3.325.722	2.760.025
Outras	—	—	—	10.927
Total	1.511.918	673.490	3.417.220	2.886.544
Total	1.552.780	680.246	5.271.256	3.931.532

As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, com rendimentos e liquidez diários.

11. Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito

Política contábil:

Os títulos e valores mobiliários incluem fundos de investimento que aplicam apenas em títulos públicos e, portanto, são mensurados de acordo com o valor justo dos títulos que compõem o fundo. O vencimento médio é de 4 anos, com carência de resgate inferior a 1 ano.

Companhia possui caixa restrito para garantir certos eventos de indenização. A classificação do caixa entre ativo circulante e não circulante se dá conforme as regras contratuais de liberação dos valores a cada uma das partes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em fundos de investimento				
Títulos públicos	33.342	2.823	1.074.806	800.267
Total	33.342	2.823	1.074.806	800.267
Caixa restrito				
Caixa restrito em operação societária	—	—	—	578
Valores mobiliários dados em garantia	—	—	46.978	4.100
Total	—	—	46.978	4.678
Circulante	—	—	18.566	578
Não Circulante	—	—	28.412	4.100
Total	—	—	46.978	4.678

Os títulos públicos possuem taxa de juros atreladas a SELIC (taxa básica de juros) com rentabilidade de aproximadamente 100% do CDI com liquidez diária. A Companhia possui caixa restrito garantindo certos eventos de indenização ou vinculados a certos depósitos com fornecedores.

12. Contas a receber

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devida por um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor presente. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas de gás a receber	1.003.035	889.012
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	887.487	782.813
Operações comerciais	79.227	—
Outros	5.946	9.932
Subtotal	1.975.693	1.681.757
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(170.870)	(130.784)
Total	1.804.823	1.550.973
Circulante	1.795.224	1.525.366
Não circulante	9.599	25.607
Total	1.804.823	1.550.973

⁽ⁱ⁾ A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento e comercialização de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

A composição das contas a receber por intervalo de vencimento é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	1.666.017	1.472.532
Vencidas:		
Até 30 dias	103.899	56.031
De 31 a 60 dias	16.519	11.460
De 61 a 90 dias	11.934	6.497
De 91 a 180 dias	25.533	15.830
Mais de 180 dias	151.791	119.407
Provisão para perdas de crédito esperadas	(170.870)	(130.784)
Total	1.804.823	1.550.973

A variação nas perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	(124.094)
(Adições) reversões	(17.314)
Baixas	10.624
Saldo em 31/12/2023	(130.784)
(Adições) reversões	(34.489)
Baixas	12.009
Combinação de negócios	(17.606)
Saldo em 31/12/2024	(170.870)

13. Partes relacionadas

Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante				
Operações comerciais, administrativas e outras				
Edge Participações Ltda e suas controladas	4.881	2.169	—	—
Commit Gás S.A. e suas associadas	2.909	3.958	159	259
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	2.095	—	—	—
Cosan S.A.	54	1.299	54	1.299
Raízen S.A. e suas controladas	33	128	105	350
Norgás S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	—	8.976
Operações financeiras				
Edge Participações Ltda e suas controladas ⁽ⁱ⁾	788.513	—	—	—
Total do ativo circulante	798.485	7.554	318	10.884
Ativo não circulante				
Operações financeiras				
Edge Participações Ltda e suas controladas ⁽ⁱⁱ⁾	219.490	—	—	—
Total do ativo não circulante	219.490	—	—	—
Total	1.017.975	7.554	318	10.884

⁽ⁱ⁾ Em 25 de julho de 2024, a Companhia e sua controlada TRSP, firmaram a 2ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R\$ 750.000, sendo o seu vencimento em janeiro de 2025 e sua remuneração à 100% CDI + 1,2% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A., seguindo as condições de mercado para a respectiva transação.

⁽ⁱⁱ⁾ Em 20 de março de 2024, a Companhia e sua controlada TRSP, firmaram a 1ª Emissão de Notas Comerciais no montante de R\$ 200.000, sendo o seu vencimento em março de 2026 e sua remuneração à 100% CDI + 1,7% a.a. O contrato foi celebrado através da depositária Laqus Depositária de Valores Mobiliários S.A., seguindo as condições de mercado para a respectiva transação.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ A Companhia alienou sua participação societária na Norgás S.A. em 06 de novembro de 2024 (Nota 16) e, portanto, a partir desta data tal entidade deixou de ser considerada parte relacionada.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante				
Operações comerciais, administrativas e outras				
Cosan S.A. ⁽ⁱ⁾	18.561	4.253	18.561	4.258
Raízen S.A. e suas controladas	2.049	178	8.091	10.234
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	19	—	—	—
Compass Dois Ltda	5	—	—	—
Edge Participações Ltda e suas controladas	—	265	—	—
Rumo S.A. e suas controladas	—	—	164	—
Commit Gás S.A.	—	2.838	—	—
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul	—	54	—	—
Norgás S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	—	6.816
Outros	—	—	—	1.961
Total	20.634	7.588	26.816	23.269

⁽ⁱ⁾ Despesas pagas pela Cosan S.A. que serão reembolsadas pela Companhia.

⁽ⁱⁱ⁾ A Companhia alienou sua participação societária na Norgás S.A. em 06 de novembro de 2024 (Nota 16) e, portanto, a partir desta data tal entidade deixou de ser considerada parte relacionada.

Transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional				
Raízen S.A. e suas controladas	—	—	1.132	6.481
Rumo S.A. e suas controladas	—	—	1.170	397
Commit Gás S.A. e suas associadas	—	—	4.963	—
Total	—	—	7.265	6.878
Receitas (despesas) compartilhadas				
Raízen S.A. e suas controladas	(8.159)	(1.459)	(66.556)	(23.894)
Cosan S.A.	(102.044)	(10.883)	(102.049)	(14.446)
Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	4.246	47	—	—
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	22.195	16.815	—	—
Edge Participações Ltda e suas controladas	15.279	—	—	—
Moove Lubricants Holdings e suas controladas	5.487	2.591	5.487	2.591
Commit Gás S.A.	(12.431)	(2.267)	—	—
Rumo S.A. e suas controladas	(3.670)	—	(5.243)	(1.503)
Outros	—	484	—	(423)
Total	(79.097)	5.328	(168.361)	(37.675)
Resultado financeiro				
Edge Participações Ltda e suas controladas	58.003	—	—	—
Rumo S.A. e suas controladas	—	—	753	8.642
Total	58.003	—	753	8.642
Total	(21.094)	5.328	(160.343)	(22.155)

Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego e remuneração baseada em ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração e benefício de curto prazo à empregados e administradores	33.769	35.464	84.351	90.862
Transações com pagamentos baseados em ações	6.662	39.845	7.174	50.216
Bônus de longo prazo a administradores	117	—	5.981	5.211
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	—	—	—	1.164
Benefícios pós-emprego e previdência privada	510	524	1.835	1.836
Total	41.058	75.833	99.341	149.289

Demais transações com partes relacionadas:

Em 20 de setembro de 2024, a subsidiária Comgás firmou contrato de compra e venda de créditos de ICMS com a Rumo Malha Paulista S.A, no valor de R\$ 259.461 e deságio de 10%. A transferência do crédito e o respectivo pagamento estão condicionados à autorização da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ.

14. Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e corrigidos monetariamente quando esse direito for assegurado e são reconhecidos quando há tributos pagos que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	198.525	183.704
PIS	40.554	36.604
ICMS	304.520	308.605
Outros	2.872	8.661
Total	546.471	537.574
Circulante	233.443	291.435
Não circulante	313.028	246.139
Total	546.471	537.574

15. Ativo e passivo financeiro setorial

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado das distribuidoras, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas deliberações/resoluções emitidas pelas agências reguladoras, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Abaixo as agências reguladoras das subsidiárias:

- Comgás e Necta reguladas pela ARSESP por meio da Deliberação nº 1.010.
- Compagas regulada pela AGEPAR por meio da Resolução 028/2022.

Fundamentada nas deliberações/resoluções citadas, a Companhia concluiu não haver incerteza quanto ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar.

Desta forma, reconhece os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras obtido pela diferença entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários, gerando um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário das distribuidoras.

Para a subsidiária Sulgás o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais serão registrados após a regulação da respectiva agência reguladora (AGERGS). Entretanto, em virtude do julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706, a Sulgás reconheceu o passivo setorial de créditos tributários de PIS e COFINS referente aos anos de 2011 até 2021, que na época compunham o cálculo da tarifa. Apesar da não regulamentação do passivo setorial, os montantes devem ser provisionados considerando que são resultado de evento passado que pode gerar uma provável obrigação presente.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	Nota	Ativo setorial	Passivo setorial ^(iv)	Total
Saldo em 31/12/2022		342.333	(1.616.616)	(1.274.283)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾		27.954	—	27.954
Créditos tributários		12.425	(47.144)	(34.719)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱ⁾		49.098	(146.938)	(97.840)
Diferimento do IGP-M ⁽ⁱⁱⁱ⁾		116.890	—	116.890
Saldo em 31/12/2023		548.700	(1.810.698)	(1.261.998)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾		(12.437)	(2.210)	(14.647)
Créditos tributários		—	(65.710)	(65.710)
Juros e atualização monetária ⁽ⁱⁱ⁾		71.981	(161.621)	(89.640)
Combinação de negócios ^(v)		5.980	—	5.980
Diferimento do IGP-M ⁽ⁱⁱⁱ⁾		117.418	—	117.418
Saldo em 31/12/2024		731.642	(2.040.239)	(1.308.597)
Circulante		221.947	(64.718)	157.229
Não circulante		509.695	(1.975.521)	(1.465.826)
Total		731.642	(2.040.239)	(1.308.597)

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.

⁽ⁱⁱ⁾ Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial.

^(iv) Conforme a deliberação nº 1.573, de 23 de setembro de 2024 a conclusão pela ARSESP para as controladas Comgás e Necta acerca da devolução aos consumidores referente aos créditos de PIS/COFINS, provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo foi prorrogada para 20 de maio de 2025, dessa forma, até que ocorra a concretização acerca de próximos passos de como e quando ocorrerá a restituição, a Companhia mantém os valores provisionados como passivo setorial não circulante.

^(v) Refere-se à nota 18.3

16. Ativos e passivos mantidos para venda e operação descontinuada

Política contábil:

A Companhia classifica um ativo como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. O nível

hierárquico de gestão apropriado está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação.

Os resultados do exercício e os fluxos de caixa são classificados como operações descontinuadas e apresentados separadamente das operações continuadas da Companhia quando a operação representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações.

Os períodos comparativos são reapresentados no caso da demonstração do resultado do exercício e dos fluxos de caixa. No entanto, o balanço patrimonial mantém-se conforme apresentado no passado.

Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Em 2023 a Companhia reclassificou os saldos correspondentes ao balanço patrimonial da subsidiária Norgás para rubrica de ativos e passivos mantidos para venda, já os saldos da demonstração do resultado foram reclassificados para a rubrica de resultado de operação descontinuada.

Em 06 de novembro de 2024 a alienação foi concluída, com o recebimento em caixa de R\$629.155 e, portanto, o ativo mantido para venda foi baixado para resultado.

Ativo mantido para venda:

	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Dividendos a receber	—	18.646
Investimento	387.215	892.854
Total	387.215	911.500

Passivo mantido para venda:

	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Imposto de renda e contribuição social diferidos	—	152.255
Total	—	152.255

Demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Equivalência patrimonial	31.935	23.164	31.935	45.419
Outras receitas operacionais, líquidas	241.940	—	241.940	—
Acionistas controladores	273.875	23.164	273.875	23.164
Acionistas não controladores	—	—	—	22.255
Total	273.875	23.164	273.875	45.419

Demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento				
Dividendos recebidos de subsidiárias e associadas	24.510	—	24.510	62.699
Caixa na alienação de operação descontinuada	629.155	—	629.155	—
Total	653.665	—	653.665	62.699

17. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação e, para prejuízos fiscais e base negativa à medida que apresentem expectativa de recuperabilidade futura.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de reporte, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes. Tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.787.047	1.538.276	2.815.156	2.614.133
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(607.596)	(523.014)	(957.153)	(888.805)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	728.445	580.659	52.526	60.853
Resultado de empresas no exterior	(135.991)	—	(22.813)	—
Juros sobre capital próprio	(1.040)	(17.838)	(16.700)	9.553
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	—	—	(12.120)	(10.819)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	—	—	(3.847)	—
Encargos relacionadas à não realização do benefício do pacto federativo ⁽ⁱ⁾	—	—	26.736	(83.975)
Resultado de operação descontinuada	(82.260)	—	(82.260)	—
Selic indêbito ⁽ⁱⁱ⁾	887	1.756	24.409	78.850
Benefício adesão programa litígio zero	—	—	—	1.390
Outros	3.208	(14)	24.645	(26.358)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(94.347)	41.549	(966.577)	(859.311)
Taxa efetiva - %	(5,28%)	2,70%	(34,33%)	(32,87%)

⁽ⁱ⁾ A partir do 1º trimestre de 2021, a Companhia passou a apurar e utilizar créditos correntes e extemporâneos decorrentes da não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do benefício fiscal de redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo, cuja alíquota efetiva é reduzida de 18% para o intervalo entre 12% e 15,6% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.490 ("RICMS/SP"), com redação dada pelos Decretos Estaduais n.º 62.399/2016 e 69.289/2024. Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.789/2023, que concedeu desconto de 80% para pagamento de todos os débitos, autuados e não autuados pela RFB, relativos a esse tema, tendo em vista a consolidação da jurisprudência de forma desfavorável. Assim, com base na IN/RFB 2.184, publicada em 03 de abril de 2024, e no Edital de Transação nº 4/2024, publicado em 16 de maio de 2024, a Companhia iniciou a quitação do passivo, considerando o desconto concedido, no valor de R\$ 308.158 (R\$183.924 principal, R\$ 56.252 multa e R\$67.982 juros), nos valores atualizados até dezembro de 2024. Até 31 de dezembro de 2024, foi liquidado o valor de R\$215.403, e remanescendo um valor a pagar de R\$92.755, registrado no passivo circulante como "Imposto de renda e contribuição social correntes", a ser liquidado, em parcelas mensais, até agosto de 2025.

⁽ⁱⁱ⁾ Considerando os efeitos do julgamento do STF no RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. A Companhia obteve trânsito em julgado da sua ação individual sobre o tema, cuja decisão afastou a modulação de efeitos estabelecida pelo STF. Em razão disso, foram reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023 os créditos de fatos geradores dos anos de 2016 a 2020, no montante atualizado, líquidos de compensações até dezembro de 2024 de R\$ 73.951 (R\$ 48.472 principal e R\$ 25.479 juros). Após o deferimento da habilitação pela Receita Federal, a Companhia passou a amortizar o crédito em 1/12 avos por mês com finalização em outubro de 2025, sendo contabilizado no ativo circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Créditos ativos de:				
Prejuízos fiscais de IRPJ	—	17.165	232.750	170.527
Base negativa de contribuição social	—	6.177	83.785	61.387
Diferenças temporárias:				
Obrigação de benefício pós-emprego ⁽ⁱ⁾	—	—	130.993	150.336
Transações com pagamento baseado em ações	17.151	37.445	18.370	42.101
Provisões de participações no resultado	8.493	9.040	43.500	36.574
Provisão para perdas de crédito esperadas	—	—	31.329	22.675
Provisão para demandas judiciais	—	—	60.131	16.974
Provisões diversas ⁽ⁱⁱ⁾	4.963	10.297	366.386	393.329
Valor justo dos estoques	—	—	—	2.814
Resultado não realizado com derivativos	—	—	—	31.176
Arrendamentos	448	362	183.060	18.067
Diferido sobre resultado pré-operacional ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	79.402	87.454
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ^(iv)	—	—	138.189	—
Outros	—	—	57.928	96.373
Total	31.055	80.486	1.425.823	1.129.787
Débitos passivos de:				
Diferenças temporárias				
Direito de concessão - intangível	—	—	(2.761.019)	(2.156.385)
Resultado não realizado com derivativos	—	—	(204.743)	(11.851)
Revisão de vida útil	—	—	(130.432)	(148.083)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos ^(iv)	—	—	—	(70.703)
Arrendamentos	—	—	(1.668)	(2.126)
Ágio fiscal	—	—	(23.660)	(19.896)
Juros capitalizados	—	—	(180.309)	(143.445)
Outros	—	—	(95.671)	(25.409)
Total	—	—	(3.397.502)	(2.577.898)
Total	31.055	80.486	(1.971.679)	(1.448.111)
Diferido ativo	31.055	80.486	777.330	708.272
Diferido passivo	—	—	(2.749.009)	(2.156.383)
Total diferido, líquido	31.055	80.486	(1.971.679)	(1.448.111)

⁽ⁱ⁾ O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 8,9 anos.

⁽ⁱⁱ⁾ Do total do saldo apresentado em provisões diversas, o montante de R\$ 266.003 (R\$ 782,363 de base), refere-se à provisão de devolução de crédito extemporâneo no passivo setorial.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Em 2024, iniciou-se as operações do TRSP, passando a ser consumido saldo de diferido sobre resultado pré-operacional.

^(iv) A Companhia, através de sua subsidiária Comgás, exercendo seu direito, opta pelo regime de caixa para a tributação de variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias por meio da projeção de seu lucro tributável. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços.

Movimentações no imposto diferido ativo e passivo:

Ativo	Controladora				
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefícios a empregados	Provisões	Arrendamentos	Total
Saldo em 31/12/2022	18.376	17.945	2.383	233	38.937
Impacto no resultado do exercício	4.966	28.540	7.914	129	41.549
Saldo em 31/12/2023	23.342	46.485	10.297	362	80.486
Impacto no resultado do exercício	(23.342)	(20.841)	(5.334)	86	(49.431)
Saldo em 31/12/2024	—	25.644	4.963	448	31.055

Ativo	Consolidado								
	Prejuízo fiscal e base negativa	Obrigações de benefícios pós emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Valor justo dos estoques	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	272.301	152.373	46.204	349.770	—	—	—	99.144	919.792
Impacto no resultado do exercício	(40.387)	6.192	32.471	83.208	2.814	31.176	11.923	84.683	212.080
Outros resultados abrangentes	—	(8.229)	—	—	—	—	6.144	—	(2.085)
Saldo em 31/12/2023	231.914	150.336	78.675	432.978	2.814	31.176	18.067	183.827	1.129.787
Impacto no resultado do exercício	84.621	4.186	(16.805)	(18.095)	(2.814)	(32.143)	21.355	91.692	131.997
Outros resultados abrangentes	—	(26.779)	—	—	—	967	143.638	—	117.826
Combinação de negócios	—	3.250	—	42.963	—	—	—	—	46.213
Saldo em 31/12/2024	316.535	130.993	61.870	457.846	—	—	183.060	275.519	1.425.823

Passivo	Consolidado						
	Intangível	Resultado não realizado com derivativos	Imobilizado	Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Outros	Total
Saldo em 31/12/2022	(2.160.627)	(106.059)	(175.421)	(36.861)	(2.963)	(116.756)	(2.598.687)
Impacto no resultado do exercício	49.948	93.239	27.338	(33.842)	837	(71.994)	65.526
Outros resultados abrangentes	—	969	—	—	—	—	969
Combinação de negócios	(197.961)	—	—	—	—	—	(197.961)
Mantido para venda	152.255	—	—	—	—	—	152.255
Saldo em 31/12/2023	(2.156.385)	(11.851)	(148.083)	(70.703)	(2.126)	(188.750)	(2.577.898)
Impacto no resultado do exercício	86.139	(192.892)	17.651	70.703	458	(75.280)	(93.221)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—
Combinação de negócios ⁽¹⁾	(690.773)	—	—	—	—	(35.610)	(726.383)
Saldo em 31/12/2024	(2.761.019)	(204.743)	(130.432)	—	(1.668)	(299.640)	(3.397.502)
Total impostos diferidos reconhecidos							(1.971.679)

⁽¹⁾ O respectivo valor apresentado diverge do montante presente na nota 18.3, decorrente de baixa de passivo diferido, ora constituído vinculado a participação indireta na Compagas.

18. Investimentos

Política contábil:

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle, são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição do controle e deixam de ser consolidadas quando o controle deixar de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

As transações entre partes relacionadas são eliminadas integralmente na consolidação. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Os outros resultados abrangentes de subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “Outros resultados abrangentes”.

Associadas

Associadas são aquelas entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, a participação de associadas atribuível à Companhia no lucro ou prejuízo do exercício de tais investimentos é registrada na demonstração do resultado, em “Resultado de equivalência patrimonial”.

18.1. Investimento em subsidiárias e associadas

As subsidiárias e associadas diretas e indiretas da Companhia estão listadas abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Participações diretas em subsidiárias		
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - COMGÁS	99,14%	99,14%
Edge Participações Ltda ⁽ⁱ⁾	100,00%	—
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	100,00%
Rota 4 Participações S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	100,00%
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	100,00%
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	100,00%
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA. ⁽ⁱⁱ⁾	—	100,00%

Edge Comercialização S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	100,00%
Compass Um Participações S.A.	100,00%	100,00%
Commit Gás S.A.	51,00%	51,00%
Norgás S.A. ^(v)	—	51,00%
Edge International SA	100,00%	100,00%
Compass Dois Ltda ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	—
Participação da Compass Um Participações S.A. em sua subsidiária		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - SULGÁS	51,00%	51,00%
Participação da Compass Dois Ltda em sua subsidiária ^(iv)		
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	51,00%	—
Participação da Commit Gás S.A. em suas subsidiárias e associadas		
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - SULGÁS	49,00%	49,00%
Necta Gás Natural S.A.	100,00%	100,00%
CEG Rio S.A.	37,41%	37,41%
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS	24,50%	24,50%
Companhia de Gás do Estado do Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	49,00%
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41,00%	41,00%
Participação da Norgás S.A. em suas associadas ^(v)		
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS	—	29,44%
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	—	29,44%
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS	—	83,00%
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	—	41,50%
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	—	41,50%
Participação da Edge Participações Ltda em suas subsidiárias		
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	—
Rota 4 Participações S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	—
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	—
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	—
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA. ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	—
Edge Comercialização S.A. (Anteriormente denominada Compass Comercialização S.A.) ⁽ⁱⁱ⁾	100,00%	—
Edge Comercialização Rio Ltda.	100,00%	—
Participação da Edge Comercialização S.A. em suas subsidiárias		
Biometano Verde Paulínia S.A.	51,00%	51,00%
Ute Porto de Suape LTDA.	100,00%	100,00%

- (i). Entidade constituída em 05 de janeiro de 2024, cuja atividade econômica principal é *holding* de instituições não-financeiras.
(ii). Contribuição de investimentos em 01 de abril de 2024 da Compass Gás e Energia para a subsidiária Edge Participações Ltda.
(iii). Cessão integral de ações realizada pela acionista indireta Cosan S.A.
(iv). Aquisição de controle de participação societária, conforme detalhado na nota 18.3.
(v). Alienação integral do seu percentual de participação, conforme nota 16.

Controladora

Movimentação:	Saldo em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Redução de capital	Contribuição de investimento	Outros movimentos	Saldo em 31/12/2024	Dividendos a receber
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.707.177	1.697.283	(2.383.963)	—	50.861	—	—	553	3.071.911	—
Edge Comercialização S.A.	779.012	(40.742)	—	—	(4.932)	—	(733.338)	—	—	—
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	691.962	(37.601)	—	—	(32.695)	—	(621.666)	—	—	—
Rota 4 Participações S.A.	13.417	62	—	—	—	—	(13.479)	—	—	25
Compass Um Participações S.A.	1.028.675	38.694	(105.033)	—	—	(41.005)	—	—	921.331	—
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	21.605	(88)	—	—	—	—	(21.517)	—	—	—
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	1.005	19	—	—	—	—	(1.024)	—	—	—
Edge International SA	577	530.872	(84.616)	—	61.566	—	—	—	508.399	—
Compass Dois Ltda.	—	(8.506)	—	384.399	392	—	—	—	376.285	—
TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	5	—	—	—	—	—	(5)	—	—	—
Edge Participações Ltda	—	(182.063)	—	5.010	(243.077)	—	1.391.029	—	970.899	—
Commit Gás S.A.	1.626.277	144.554	(474.665)	—	245	—	—	—	1.296.411	—
Norgás S.A. ⁽ⁱ⁾	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.425
Total	7.869.712	2.142.484	(3.048.277)	389.409	(167.640)	(41.005)	—	553	7.145.236	7.450

⁽ⁱ⁾ Para maiores informações, vide nota 16.

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Efeitos da cisão e outros	Reclassificação mantidos para venda ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2023	Dividendos a receber
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	3.131.216	1.316.903	—	(745.729)	—	15.837	(11.050)	—	3.707.177	328.255
Edge Comercialização S.A.	363.367	267.522	—	—	150.000	(1.877)	—	—	779.012	—
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	38.190	(84.302)	—	—	750.000	(11.926)	—	—	691.962	307
Rota 4 Participações S.A.	13.116	301	—	—	—	—	—	—	13.417	25
Compass Um Participações S.A.	988.298	40.891	—	(514)	—	—	—	—	1.028.675	876
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	9.664	(3.211)	—	—	15.152	—	—	—	21.605	—
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	—	5	—	—	1.000	—	—	—	1.005	—
Edge International SA	—	—	—	—	567	10	—	—	577	—

TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	—	—	—	—	5	—	—	—	5	—
Norgás S.A.	—	—	—	—	—	—	387.215	(387.215)	—	—
Commit Gás S.A.	2.142.386	169.711	23.164	(321.949)	—	180	(387.215)	—	1.626.277	41.449
Total	6.686.237	1.707.820	23.164	(1.068.192)	916.724	2.224	(11.050)	(387.215)	7.869.712	370.912

(iii) Para maiores informações, vide nota 16.

Resumo das informações financeiras das controladas:

Subsidiária	Percentual de participação	Saldo em 31/12/2024					
		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Valor Contábil							
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - COMGÁS	99,14%	15.591.493	14.457.630	1.133.863	1.792.464	1.124.122	1.777.058
Edge Participações Ltda	100,00%	971.707	808	970.899	(182.063)	970.899	(182.063)
Compass Um Participações S.A.	100,00%	921.587	256	921.331	38.693	921.331	38.693
Commit Gás S.A.	51,00%	1.635.027	20.318	1.614.709	316.456	823.505	161.393
Edge International SA	100,00%	610.398	101.999	508.399	530.872	508.399	530.872
Compass Dois Ltda	100,00%	971.853	595.568	376.285	(8.506)	376.285	(8.506)
						4.724.541	2.317.447
Valor Justo							
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - COMGÁS	99,14%	2.976.796	1.012.111	1.964.685	(80.465)	1.947.789	(79.773)
Commit Gás S.A.	51,00%	1.404.949	477.683	927.266	(33.019)	472.906	(16.840)
						2.420.695	(96.613)
Total do investimento						7.145.236	2.220.834

Subsidiária	Percentual de participação	Saldo em 31/12/2023					
		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Valor Contábil							
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	99,14%	13.738.834	12.044.660	1.694.174	1.408.786	1.679.615	1.396.676
Edge Comercialização S.A.	100,00%	815.602	36.590	779.012	267.522	779.012	267.522
TRSP - Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00%	3.076.673	2.384.711	691.962	(84.302)	691.962	(84.302)
Rota 4 Participações S.A.	100,00%	13.637	220	13.417	301	13.417	301
Compass Um Participações S.A.	100,00%	1.031.876	3.201	1.028.675	40.891	1.028.675	40.891
Edge - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00%	23.960	2.355	21.605	(3.211)	21.605	(3.211)
Edge II - Empresa de Geração de Energia S.A.	100,00%	1.007	2	1.005	5	1.005	5
Edge International SA	100,00%	577	—	577	—	577	—

TRPE - Terminal de Regaseificação de GNL de Pernambuco LTDA.	100,00%	5	—	5	—	5	—
Commit Gás S.A.	51,00%	2.342.484	113.992	2.228.492	355.937	1.136.531	181.058
						5.352.404	1.798.940
Valor Justo							
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	99,14%	3.098.712	1.053.562	2.045.150	(80.465)	2.027.562	(79.773)
Commit Gás S.A.	51,00%	1.455.310	495.024	960.286	(22.249)	489.746	(11.347)
						2.517.308	(91.120)
Total do investimento						7.869.712	1.707.820

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos declarados	Outros resultados abrangentes	Combinação de negócios ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2024	Dividendos a receber
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	403.532	27.656	(18.209)	292	(413.271)	—	—
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	640.332	46.179	(32.824)	—	—	653.687	5.495
CEG Rio S.A.	288.386	66.796	(18.390)	—	—	336.792	16.426
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	297.874	13.856	(24.254)	—	—	287.476	—
Norgás S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	—	—	—	—	7.425
Total	1.630.124	154.487	(93.677)	292	(413.271)	1.277.955	29.346

⁽ⁱ⁾ Conforme divulgado na nota explicativa 14.3, a Companhia adquiriu o percentual de 51% e o controle da Compagas não sendo mais considerada uma associada.

⁽ⁱⁱ⁾ Para maiores informações, vide nota 16.

	Saldo em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de operação descontinuada	Dividendos declarados	Outros	Reclassificação mantidos para venda	Saldo em 31/12/2023	Dividendos a receber
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	424.837	36.300	—	(57.956)	351	—	403.532	5.636
Companhia Pernambucana de Gás - Copergás	415.301	—	5.921	(19.238)	—	(401.984)	—	—
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	627.829	37.028	—	(24.525)	—	—	640.332	6.957
Sergipe Gás S.A. - Sergás	69.430	—	3.230	(5.466)	—	(67.194)	—	—
Companhia de Gás do Ceará - Cegás	184.537	—	11.573	(13.676)	1.446	(183.880)	—	—
CEG Rio S.A.	274.480	84.822	—	(70.916)	—	—	288.386	20.708
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	291.543	20.828	—	(14.497)	—	—	297.874	2.496
Companhia Potiguar de Gás - Potigas	168.887	—	14.371	(13.118)	—	(170.140)	—	—
Gás de Alagoas S.A. - Algás	68.448	—	10.324	(8.492)	(624)	(69.656)	—	—
Total	2.525.292	178.978	45.419	(227.884)	1.173	(892.854)	1.630.124	35.797

Resumo das informações financeiras das associadas:

Subsidiária	Percentual de participação	Saldo em 31/12/2024					
		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Valor Contábil							
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	41,00%	1.127.032	328.564	798.468	162.847	327.381	66.776
CEG Rio S.A.	37,41%	1.695.573	953.322	742.251	184.905	277.676	69.173
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	49,00%	378.691	197.859	180.832	37.640	88.608	18.444
						693.665	154.393
Valor Justo							
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	41,00%	1.205.861	409.993	795.868	(50.237)	326.306	(20.597)
CEG Rio S.A.	37,41%	239.427	81.405	158.022	(6.354)	59.116	(2.377)
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	49,00%	614.929	209.076	405.853	(9.363)	198.868	(4.588)
						584.290	(27.562)
Total do investimento						1.277.955	126.831
Subsidiária	Percentual de participação	Saldo em 31/12/2023					
		Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Valor Contábil							
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	41,00%	1.118.237	399.252	718.985	153.217	294.796	62.825
CEG Rio S.A.	37,41%	1.944.385	1.326.484	617.901	233.099	231.157	87.202
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	49,00%	390.976	193.298	197.678	56.649	96.862	27.758
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	24,50%	1.208.959	685.288	523.671	96.866	128.299	23.732
						751.114	201.517
Valor Justo							
Companhia de Gás de Santa Catarina - Scgás	41,00%	1.276.925	434.155	842.770	(62.920)	345.536	(25.797)
CEG Rio S.A.	37,41%	231.785	78.807	152.978	(6.362)	57.229	(2.380)
Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul - Msgás	49,00%	621.558	211.330	410.228	(14.143)	201.012	(6.930)
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	24,50%	1.702.121	578.721	1.123.400	51.298	275.233	12.568
						879.010	(22.539)
Total do investimento						1.630.124	178.978

Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	42.773	101.027
Dividendos propostos	1.015.726	194.364
Juros sobre capital próprio proposto	52.466	33.520
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(7.868)	(5.027)
Dividendos e juros sobre capital recebidos	(732.171)	(210.492)
Combinação de negócios	—	(18.646)
Operação descontinuada	—	(62.699)
Outros	(14)	3.750
Saldo em 31/12/2023	370.912	35.797
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	3.048.277	93.677
Dividendos propostos de operações descontinuadas	31.935	31.935
Dividendos e juros sobre capital recebidos	(3.389.826)	(86.238)
Dividendos recebidos de operações descontinuadas	(24.510)	(24.510)
Atualização monetária	2.540	1.489
Imposto retido sobre atualização monetária de dividendos e juros sobre capital próprio proposto	(30.581)	(5.902)
Perda na distribuição de dividendos para acionistas não controladores	(1.297)	—
Efeitos de eliminação na combinação de negócios	—	(16.902)
Saldo em 31/12/2024	7.450	29.346

18.2. Participação de acionistas não controladores

Política contábil:

As transações com participação de não controladores que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio – ou seja, como transações com os proprietários na capacidade de proprietários.

Movimentação:

	Saldo em 31/12/2023	Resultado líquido do exercício	Outros resultados abrangentes	Dividendos declarados, líquido de (perda)/ganho	Combinação de negócios ⁽¹⁾	Alienação de ativos mantido para venda	Outros movimentos	Saldo em 31/12/2024
Companhia de Gás de São Paulo S.A. - Comgás	32.145	14.726	441	(20.680)	—	—	5	26.637
Commit Gás S.A.	1.562.500	138.356	235	(456.045)	112.401	—	—	1.357.447
Norgás S.A.	372.030	—	—	—	—	(372.030)	—	—
Companhia Paranaense de Gás - Compagas	—	1.569	188	(3.446)	462.197	—	—	460.508
Biometano Verde Paulínia S.A.	237.981	1.228	—	(970)	—	—	—	238.239
Total	2.204.656	155.879	864	(481.141)	574.598	(372.030)	5	2.082.831

⁽¹⁾ O montante de R\$112.401, refere-se à participação indireta minoritária sobre valor justo da concessão mensurado na aquisição da Compagas. Já o montante de R\$ 462.197, refere-se à participação de acionistas não controladores através dos passivos assumidos na aquisição da Compagas, conforme detalhado na nota 18.3.

18.3. Aquisição de subsidiárias

Política contábil:

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A contraprestação transferida na aquisição é mensurada pelo valor justo, bem como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos. Os custos de transação são registrados conforme incorridos no resultado, exceto se relacionados à emissão de dívida ou patrimônio líquido.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar quaisquer participações não controladoras na aquisição:

- a valor justo; ou
- na sua parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirente mensurados ao valor justo.

A contraprestação transferida não inclui valores relacionados à liquidação de relacionamentos pré-existentes, os quais, são geralmente reconhecidos no resultado.

Mensuração dos valores justos

Na mensuração dos valores justos foram utilizadas técnicas de avaliação considerando preços de mercado para itens semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros.

Uma vez que se trata de uma mensuração de valor justo, caso novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias que existiam na data de aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revisitada. A expectativa da Administração é que apenas as mensurações dos intangíveis poderiam ter algum tipo de impacto em relação a esta avaliação.

Companhia Paranaense de Gás - Compagas

Em 16 de setembro de 2024, a Compass Dois concluiu a aquisição de 51% de participação societária da Companhia Paranaense de Gás ("Compagas") pelo montante de R\$962.125, sendo R\$384.394 pagos até a data da conclusão da transação e R\$ 577.731 (R\$ 595.567 atualizado monetariamente pela Selic de 31 de dezembro de 2024) referente as parcelas remanescentes que serão pagas até setembro de 2026 e, estão registradas na rubrica de Outros passivos financeiros.

A Compagas é a distribuidora de gás natural canalizado do Estado do Paraná e opera com exclusividade esse serviço por meio do contrato de concessão com vigência até julho de 2054.

Na avaliação realizada pela Companhia, o preço de aquisição foi alocado majoritariamente ao direito de concessão e será amortizado pelo seu prazo de vigência.

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos se encontra demonstrado a seguir. O valor da participação de não controladores é mensurado pela sua participação proporcional no valor justo dos ativos e passivos adquiridos.

Contraprestação transferida	
Transferência de caixa - na data da assinatura do contrato	47.270
Transferência de caixa - na data do <i>closing</i>	337.124
Parcelas remanescentes	577.731
Contraprestação transferida	962.125
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	53.801
Contas a receber de clientes	106.431
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25.869
Outros tributos a recuperar	53.317
Outros ativos	81.269
Ativos de contrato	56.627
Intangível	2.905.516
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(285.033)
Fornecedores	(77.273)
Imposto de renda e contribuição social correntes a pagar	(21.258)
Outros tributos a pagar	(32.066)
Outras contas a pagar	(138.952)
Provisão para demandas judiciais	(98.126)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(743.602)
Participação de acionistas não controladores	(924.395)
Ativos líquidos adquiridos	962.125
Caixa recebido	(53.801)
Contraprestação transferida, líquida do caixa	908.324

A demonstração do resultado consolidada inclui desde a data de aquisição receita operacional líquida e resultado líquido do exercício nos montantes de R\$314.288 e R\$22.746, respectivamente geradas pela Compagas. Se a Compagas tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2024, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 teria sido acrescida de receita operacional líquida e resultado líquido do exercício nos montantes de R\$651.206 e R\$26.448 respectivamente.

19. Imobilizado

Política contábil:

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os ativos são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, com exceção dos terrenos que não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

		Consolidado				
		Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo	Nota					
Saldo em 31/12/2022		6.334	—	665.355	2.207	673.896
Adições		5.867	—	579.134	—	585.001
Baixas		—	—	—	(69)	(69)
Transferências		291	—	(293)	115	113
Saldo em 31/12/2023		12.492	—	1.244.196	2.253	1.258.941
Adições		538	—	428.204	5	428.747
Baixas		(5.836)	—	(290)	(5.882)	(12.008)
Transferências ⁽ⁱ⁾		302.011	1.117.929	(1.452.105)	11.390	(20.775)
Constituição de perda estimada	31	—	—	(6.155)	—	(6.155)
Saldo em 31/12/2024		309.205	1.117.929	213.850	7.766	1.648.750
Valor de depreciação						
Saldo em 31/12/2022		(1.421)	—	—	(902)	(2.323)
Adições		(1.342)	—	—	(279)	(1.621)
Baixas		—	—	—	15	15
Saldo em 31/12/2023		(2.763)	—	—	(1.166)	(3.929)
Adições		(6.816)	(19.755)	—	(901)	(27.472)
Baixas		2.838	—	—	314	3.152
Transferências ⁽ⁱ⁾		1	4	—	(1)	4
Saldo em 31/12/2024		(6.740)	(19.751)	—	(1.754)	(28.245)
Saldo em 31/12/2023		9.729	—	1.244.196	1.087	1.255.012
Saldo em 31/12/2024		302.465	1.098.178	213.850	6.012	1.620.505
Vida útil (depreciação ao ano)		2% - 5%	3% - 10%	—	8% - 20%	—

⁽ⁱ⁾ Conforme descrito na nota 1.1, em junho de 2024 o ativo em andamento referente ao terminal de regaseificação ficou disponível para uso. Considerando esse marco a Companhia efetuou a capitalização da obra referente ao terminal. O saldo remanescente na linha de transferências, contempla o montante de R\$ (16.111) para estoques e R\$ (4.660) para ativo intangível.

Capitalização de mão de obra gerada internamente:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram capitalizados R\$ 7.278 referente a capitalização de mão de obra gerada internamente (R\$ 8.639 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Capitalização de custos de empréstimos:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a subsidiária TRSP capitalizou R\$ 39.617 a uma taxa média ponderada de 7,36% a.a. (R\$ 98.214 e 8,87% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

20. Intangível

Política contábil:

Direito de concessão

As subsidiárias do segmento de Distribuição de gás possuem um contrato de concessão pública para o serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, as subsidiárias reconhecem esse direito como um intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos que são subjacentes e necessários para a distribuição de gás, como por exemplo a tubulação, são amortizados por sua vida útil estimada ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Essa vida útil econômica também é utilizada pelos órgãos reguladores para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é baixado ou amortizado completamente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

Fidelização de clientes

Investimentos realizados no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) que são amortizados durante o período do contrato.

Contrato de fornecimento

A subsidiária Biometano Verde Paulínia possui um contrato firmado de compra e venda de biogás produzido no aterro sanitário de Paulínia, onde está localizada a planta de purificação. A vigência do contrato é de 20 anos e sua amortização está condicionada a data de início da operação.

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido com base na política contábil de combinação de negócios. Seu valor é mensurado pelo custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é alocado às unidades geradoras de caixa (“UGC”) ou grupos de UGCs, que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

Despesas subsequentes

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando gerarem benefícios econômicos futuros e, são incorporadas no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Exceto pelo ágio, os ativos intangíveis são amortizados em base linear ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que estão disponíveis para uso. Para os ativos relacionados aos contratos de concessão, a amortização é limitada ao prazo máximo da concessão.

A amortização dos ativos é descontinuada quando o respectivo ativo é baixado ou amortizado completamente.

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos com vida útil definida, e é realizado teste quantitativo apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável.

Para os ativos que possuem vida útil indefinida, como o ágio é realizado teste quantitativo anualmente para verificação da sua recuperabilidade. O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado elaborado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Os fluxos de caixa descontados são elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real.

A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado são estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

		Consolidado					
	Nota	Direito de Concessão	Ágio	Contrato de fornecimento ⁽ⁱⁱ⁾	Fidelização de clientes	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 31/12/2022		14.926.765	100.192	—	1.255.127	19.738	16.301.822
Adições		—	—	—	121.807	14.824	136.631
Baixas		(62.272)	—	—	(64)	—	(62.336)
Transferências		1.460.012	—	—	(332)	179	1.459.859
Combinação de negócios		—	—	574.363	—	7.875	582.238
Saldo em 31/12/2023		16.324.505	100.192	574.363	1.376.538	42.616	18.418.214
Adições		12.088	—	—	87.145	57.310	156.543
Baixas		(141.588)	—	—	(81)	(5.776)	(147.445)
Transferências ⁽ⁱ⁾		1.431.644	—	—	(17)	6.119	1.437.746

Combinação de negócios	18.3	3.296.888	—	—	—	—	3.296.888
Saldo em 31/12/2024		20.923.537	100.192	574.363	1.463.585	100.269	23.161.946
Valor de amortização							
Saldo em 31/12/2022		(3.312.602)	—	—	(969.706)	(4.379)	(4.286.687)
Adições		(741.087)	—	—	(126.723)	(1.612)	(869.422)
Baixas		37.148	—	—	2	—	37.150
Saldo em 31/12/2023		(4.016.541)	—	—	(1.096.427)	(5.991)	(5.118.959)
Adições		(840.446)	—	—	(132.627)	(4.590)	(977.663)
Baixas		87.049	—	—	—	634	87.683
Transferências ⁽ⁱ⁾		—	—	—	—	(4)	(4)
Combinação de negócios	18.3	(391.372)	—	—	—	—	(391.372)
Saldo em 31/12/2024		(5.161.310)	—	—	(1.229.054)	(9.951)	(6.400.315)
Saldo em 31/12/2023		12.307.964	100.192	574.363	280.111	36.625	13.299.255
Saldo em 31/12/2024		15.762.227	100.192	574.363	234.531	90.318	16.761.631
Vida útil (ao ano)		Prazo da concessão	—	5%	20% - 50%	5% - 20%	—

⁽ⁱ⁾ Do montante transferido de ativo de contrato, uma parcela foi reclassificada para ativo financeiro no montante de R\$ 152.137 (R\$ 103.084 exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, contempla o montante de R\$ 4.660 transferido de ativo imobilizado.

⁽ⁱⁱ⁾ A amortização do contrato está condicionada ao início do fornecimento.

Teste de redução ao valor recuperável

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos intangíveis, imobilizados e de direito de uso foram agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é cada uma das controladas e investidas operacionais, visto a proveniência de caixa ser a nível de distribuidora ou negócio específico, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa individualizado de cada empresa.

As principais premissas utilizadas na determinação do valor recuperável pela Companhia foram: volume, margem e WACC. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2024, foi reconhecida a provisão de *impairment* em ativos imobilizados, vide nota 19, para os demais ativos não há necessidade de registro de provisão de *impairment* ou baixa de ágio por expectativa de rentabilidade futura.

21. Ativo de contrato

Política contábil:

Os ativos do contrato representam obras em andamento vinculadas a concessão de distribuição de gás. São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados em contrapartida a receita de construção.

Até que os ativos de contrato entrem em operação e possam ser considerados na base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão, os valores representam um direito contratual de recebimento em dinheiro do Poder Concedente.

Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis dentro do prazo do contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis, enquanto a parte amortizável que excede o prazo do contrato de concessão é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente.

	Nota	Ativos de contrato
Saldo em 31/12/2022		1.110.335
Adições	29	1.494.142
Transferências		(1.563.056)
Saldo em 31/12/2023		1.041.421
Adições	29	1.602.284
Baixas		(4.650)
Transferências		(1.585.219)
Combinação de negócios	18.3	56.627
Saldo em 31/12/2024		1.110.463

Capitalização de mão de obra gerada internamente

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, através de suas subsidiárias, foram capitalizados R\$ 137.399 referente à capitalização de mão de obra gerada internamente (R\$ 126.522 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a subsidiária Comgás capitalizou R\$ 78.980 a uma taxa média ponderada de 10,47% a.a. (R\$ 82.441 a 12,70% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a subsidiária Sulgás capitalizou R\$ 2.908 a uma taxa média ponderada de 5,81% a.a. (R\$ 973 a 5,81% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

22. Arrendamentos

22.1 Direito de Uso

Política contábil:

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos,

custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para remensurações do passivo de arrendamento.

	Nota	Consolidado				Total
		Terrenos, edifícios e benfeitorias	Veículos	Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação	Outros	
Valor de custo						
Saldo em 31/12/2022		109.019	—	—	74	101.419
Adições e reajustes contratuais		23.364	6.105	1.533.969	—	1.563.438
Baixas		(21.551)	—	—	(74)	(21.625)
Saldo em 31/12/2023		110.832	6.105	1.533.969	—	1.643.232
Adições e reajustes contratuais		15.282	525	60.465	—	76.272
Baixas		(9.000)	(190)	—	—	(9.190)
Combinação de negócios	18.3	21.531	2.626	—	—	24.157
Saldo em 31/12/2024		138.645	9.066	1.594.434	—	1.742.145
Valor de amortização						
Saldo em 31/12/2022		(25.960)	—	—	(74)	(18.360)
Adições		(6.636)	(1.163)	(38.349)	—	(46.148)
Baixas		9.494	—	—	74	9.568
Saldo em 31/12/2023		(23.102)	(1.163)	(38.349)	—	(54.940)
Adições		(15.383)	(2.049)	(78.030)	—	(95.462)
Baixas		3.107	53	—	—	3.160
Combinação de negócios	18.3	(4.902)	(726)	—	—	(5.628)
Saldo em 31/12/2024		(40.280)	(3.885)	(116.379)	—	(160.544)
Saldo em 31/12/2023		87.730	4.942	1.495.620	—	1.588.292
Saldo em 31/12/2024		98.365	5.181	1.478.055	—	1.581.601

22.2 Passivo de arrendamento

Política contábil:

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluídos na mensuração do passivo do arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo locatário, de acordo com as garantias do valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida, e o pagamento de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício do locatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas subsidiárias usam a sua taxa incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Para determinar a taxa incremental, a Companhia:

- quando possível, usa o financiamento de terceiros recente recebido pelo locatário individual como ponto de partida, ajustado para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que o financiamento de terceiros foi recebido;
- usa uma abordagem de acumulação que começa com uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, que não tem financiamento recente de terceiros;
- faz uma estimativa de custo de captação, utilizando premissas do contrato, como por exemplo: prazo médio, moeda de contratação, garantias, entre outros.

A taxa incremental de juros (nominal) utilizada pela Companhia e suas subsidiárias foi determinada com base nas taxas de juros, ajustada a moeda funcional e aos prazos de seus contratos. Foram utilizadas taxas entre 8,23% e 13,73%, de acordo com o prazo e moeda de cada contrato.

Adicionalmente, para a mensuração do passivo de arrendamento, a Companhia deve contabilizar dois ou mais contratos em conjunto desde que:

- tenham sido firmados com a mesma contraparte ou parte relacionada da contraparte;
- tenham sido celebrados em datas próximas;
- se os contratos não puderem ser entendidos sem considerados em conjunto;
- se tiverem obrigações de performance/ contraprestações inter-relacionadas nos contratos;
- se os direitos de usar os ativos subjacentes transferidos nos contratos constituírem um único componente do arrendamento.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos.

Na determinação do prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo do arrendamento se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	Nota	Controladora	Consolidado ⁽ⁱ⁾
Saldo em 31/12/2022		12.996	76.606
Adições e reajuste contratual		4.664	1.563.438
Baixas		—	(4.369)
Apropriação de juros	32	1.321	75.495
Apropriação de variação cambial	9.c	—	18.071
Amortização de principal		(2.014)	(38.590)
Pagamento de juros		(1.745)	(53.708)
Saldo em 31/12/2023		15.222	1.636.943
Adições e reajuste contratual		533	76.272
Baixas		—	(7.452)
Apropriação de juros	32	1.136	161.196
Apropriação de variação cambial	9.c	—	435.575
Amortização de principal		(2.793)	(44.719)
Pagamento de juros		(1.137)	(155.913)
Combinação de negócios	18.3	—	20.404
Saldo em 31/12/2024		12.961	2.122.306
Circulante		3.968	224.355
Não circulante		8.993	1.897.951
Total		12.961	2.122.306

⁽ⁱ⁾ O saldo é composto majoritariamente ao arrendamento da Unidade flutuante de armazenamento e regaseificação.

O *aging* dos arrendamentos é o seguinte:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Até 2026	3.968	224.353	3.593	163.740
De 2027 a 2028	6.387	373.431	3.320	156.476
De 2029 a 2030	2.606	333.792	8.309	378.798
Acima de 2030	—	1.190.730	—	937.929
Total	12.961	2.122.306	15.222	1.636.943

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados mensalmente por variação cambial para arrendamentos em moeda estrangeira e anualmente por índices de inflação (como IGPM, IPCA e CPI).

23. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil:

Os empréstimos são classificados como custo amortizado, com exceção daqueles designados como hedge accounting de valor justo ou em que a Companhia fez a opção irrevogável de registro pelo valor justo.

A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida no resultado do período como outros rendimentos ou gastos financeiros.

São classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são inicialmente mensurados pelos seus valores justos e, se não designados como ao valor justo por meio do resultado, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- o montante da obrigação nos termos do contrato; e
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, a amortização acumulada reconhecida de acordo com as políticas de reconhecimento de receita.

Os termos e condições dos empréstimos pendentes são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros			Controladora		Consolidado		Vencimento	Objetivo	Entidade
	Indexador	Taxa anual de juros	Moeda	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			
Com garantia										
BNDES e instituições financeiras										
Projetos VI e VII ⁽ⁱ⁾	IPCA + 4,10%	9,15%	Real	—	—	88.477	112.946	abr-29	Investimentos	Comgás
Projetos I ⁽ⁱⁱ⁾	IPCA + 4,10%	9,15%	Real	—	—	194.797	140.016	jan-30	Investimentos	Sulgás
Projetos VIII ⁽ⁱ⁾	IPCA + 3,25%	8,26%	Real	—	—	1.318.111	1.547.664	jun-34	Investimentos	Comgás
Projetos IX ⁽ⁱ⁾	IPCA + 5,74%	10,87%	Real	—	—	1.027.665	893.810	dez-36	Investimentos	Comgás
Projetos IX ⁽ⁱ⁾	IPCA + 6,01%	11,15%	Real	—	—	295.695	304.276	dez-36	Investimentos	Comgás
Total				—	—	2.924.745	2.998.712			
Sem garantia										
BNDES e instituições financeiras										
Nota comercial	CDI + 1,36%	13,68%	Real	—	—	60.000	—	jan-25	Gestão de capital	Compagas
Conta Garantida	CDI + 0,50%	12,71%	Real	—	—	50.000	—	jan-25	Gestão de Capital	Compagas
Resolução 4131										
Scotiabank 2021	Pré-fixado	1,36%	Dólar	—	—	—	362.774	fev-24	Gestão de capital	Comgás
Scotiabank 2022	Pré-fixado	2,13%	Dólar	—	—	1.245.670	943.486	fev-25	Gestão de capital	Comgás
BNP Paribas 2024	Pré-fixado	5,74%	Euro	—	—	523.634	—	mar-25	Gestão de capital	Edge Comercialização
Scotiabank 2023	Pré-fixado	4,04%	Dólar	—	—	926.262	734.191	mai-26	Gestão de capital	Comgás
Debêntures										
1ª emissão	CDI + 1,95%	12,55%	Real	—	—	—	735.566	ago-24	Investimentos	Edge Comercialização
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	8,95%	Real	—	—	—	554.147	out-24	Investimentos	Comgás
1ª emissão - série única	CDI + 1,20%	13,50%	Real	—	—	240.120	—	out-25	Investimentos	Biometano
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	12,57%	Real	—	—	41.436	80.960	dez-25	Investimentos	Comgás
4ª emissão - série única	CDI + 2,24%	14,66%	Real	—	—	208.465	—	dez-26	Gestão de capital	Compagas
1ª emissão - série única	CDI + 1,45%	13,27%	Real	—	399.457	—	399.457	dez-26	Investimentos	Compass
1ª emissão - série única	CDI + 1,55%	13,89%	Real	—	—	73.480	—	jan-27	Investimentos	Necta

7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	13,04%	Real	—	—	382.837	359.639	mai-28	Gestão de capital	Comgás
3ª emissão - série única	CDI + 1,08%	13,36%	Real	1.545.857	—	1.545.857	—	mar-29	Investimentos	Compass
10ª emissão – 1ª série	CDI + 0,80%	13,05%	Real	—	—	1.547.588	—	mar-29	Gestão de capital	Comgás
2ª emissão - série única	CDI + 1,55%	13,89%	Real	1.763.476	1.764.022	1.763.476	1.764.022	nov-30	Investimentos	Compass
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	10,22%	Real	—	—	512.946	550.342	ago-31	Investimentos	Comgás
11ª emissão – 1ª série	IPCA + 6,38%	11,54%	Real	—	—	685.420	—	jul-34	Investimentos	Comgás
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	10,32%	Real	—	—	466.173	533.854	ago-36	Investimentos	Comgás
12ª emissão – série única	IPCA + 7,17%	12,37%	Real	—	—	588.142	—	dez-36	Investimentos	Comgás
11ª emissão – 2ª série	IPCA + 6,45%	11,61%	Real	—	—	662.782	—	jul-39	Investimentos	Comgás
Total				3.309.333	2.163.479	11.524.288	7.018.438			
Total				3.309.333	2.163.479	14.449.033	10.017.150			
Circulante				82.169	34.532	2.697.201	1.937.294			
Não circulante				3.227.164	2.128.947	11.751.832	8.079.856			

⁽ⁱ⁾ Dívidas garantidas a partir da possibilidade de retenção recursos recebidos de seus clientes via conta vinculada em caso de inadimplência no pagamento.

⁽ⁱⁱ⁾ Dívidas garantidas a partir da possibilidade de retenção recursos recebidos de seus clientes via conta vinculada em caso de inadimplência no pagamento, além da retenção de caixa restrito em valor determinado.

Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas estão apresentadas na Nota 9.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Até 2026	—	—	1.451.684	1.209.868
De 2027 a 2028	—	397.082	580.266	1.547.176
De 2029 a 2030	—	—	455.197	420.994
Acima de 2030	3.227.164	1.731.865	9.264.685	4.901.818
Total	3.227.164	2.128.947	11.751.832	8.079.856

Todas as dívidas denominadas em dólares e euros, possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 9).

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	399.616	8.278.839
Captação	1.728.823	3.128.374
Amortização de principal	—	(1.547.820)
Pagamento de juros	(57.236)	(400.070)
Pagamento de juros sobre obra em andamento	—	(288.569)
Juros, variação cambial e valor justo	92.276	846.396
Saldo em 31/12/2023	2.163.479	10.017.150
Captação	1.493.693	6.023.406
Amortização de principal	(400.000)	(2.284.936)
Pagamento de juros	(344.771)	(783.241)
Pagamento de juros sobre obra em andamento	—	(128.520)
Combinação de negócios	18.3	285.033
Juros, variação cambial e valor justo	396.932	1.320.141
Saldo em 31/12/2024	3.309.333	14.449.033

Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia por meio de suas subsidiárias dispunha de linhas de crédito em bancos que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$140.000 (R\$384.297 em 31 de dezembro de 2023). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

Sob os termos das principais linhas de empréstimos, a Companhia e suas controladas são obrigadas a cumprir as seguintes cláusulas financeiras:

Companhia	Dívida	Meta	Índice
Comgás S.A.	* Debênture 4ª emissão	Endividamento de curto prazo/ Endividamento total ⁽ⁱⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 0,6	0,16
	* Debenture 4ª a 12ª emissões		
Comgás S.A.	* BNDES	Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior a 4,00	1,80
	* Resolução 4131		
Compagas	* Debênture 4ª emissão	Dívida Líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,50	2,50
Necta	* Debênture 1ª emissão	Dívida Líquida ^(iv) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 4,00	(1,48)
		Dívida Líquida ^(iv) / EBITDA ⁽ⁱⁱ⁾ não poderá ser superior à 3,50	0,35
Sulgás	* BNDES	Índice de endividamento geral (Exigível total ^(v) / Passivo total ^(vi)) anual não poderá ser superior a 0,8	0,73

- (i) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (ii) Corresponde ao EBITDA acumulado dos últimos doze meses.
- (iii) Endividamento total significa a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros derivativos circulante e não circulante.
- (iv) A dívida líquida consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, incluindo o saldo líquido de operações de derivativos, líquido de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- (v) Exigível total corresponde ao somatório de passivo circulante e passivo não circulante.
- (vi) Passivo total corresponde ao somatório de passivo circulante, passivo não circulante e patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas subsidiárias permanecem adimplentes com todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

24. Compromissos

As subsidiárias possuem compromissos financeiros relacionados aos contratos de concessão que totalizaram um valor presente estimado de R\$ 45.952.077.

25. Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de gás e transportes de gás	312	—	1.089.123	1.043.016
Fornecedores de materiais e serviços	13.475	7.570	561.625	491.025
Total	13.787	7.570	1.650.748	1.534.041

26. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor pago e posteriormente corrigidos monetariamente.

Provisão para demandas judiciais

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
	Nota			
Saldo em 31/12/2022	19.914	38.605	29.228	87.747
Provisionado no exercício	1.563	7.320	5.791	14.674
Baixas por reversão / pagamento	(2.860)	(20.839)	(14.675)	(38.374)
Saldo em 31/12/2023	16.437	29.484	17.597	63.518
Provisionado no exercício ⁽ⁱ⁾	1.880	36.448	9.136	47.464
Baixas por reversão / pagamento	(993)	(19.815)	(11.482)	(32.290)
Combinação de negócio ⁽ⁱⁱ⁾	18.3	91.913	4.831	98.126
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	896	9.131	(1.560)	8.467
Saldo em 31/12/2024	19.602	147.161	18.522	185.285

⁽ⁱ⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 destacam-se: a) o julgamento em 2ª instância de processo judicial inerente à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) no montante de R\$ 10.476; b) bem como acordo celebrado com a Prefeitura Municipal de São Paulo para resolução de pendências administrativas/judiciais no montante de R\$ 4.200; c) e julgamentos em segundo grau de processos judiciais que envolvem a Municipalidade de São Paulo e a Fundação de Proteção e dois casos envolvendo a Defesa do Consumidor (PROCON-SP), no montante de R\$ 24.805, compensados pelas baixas por pagamentos/reversões no exercício.

⁽ⁱⁱ⁾ Inclui o passivo contingente no valor de R\$ 81.664 alocado ao valor justo assumido na combinação de negócio conforme previsto no item 23 do normativo de combinação de negócios.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Inclui baixa de juros por reversão.

Depósitos judiciais

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias ⁽ⁱ⁾	126.830	18.814
Cíveis, ambientais e regulatórias	6.009	15.786
Trabalhistas	8.065	9.360
Total	140.904	43.960

⁽ⁱ⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia através de sua subsidiária Comgás realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 110.170 em ação com prognóstico de perda possível, para discussão quanto à dedutibilidade, da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, de juros de mora incidentes sobre débitos tributários.

Perdas possíveis

As ações judiciais cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Tributárias	3.631.182	3.324.370
Cíveis, ambientais e regulatórias ⁽ⁱ⁾	330.550	207.084
Trabalhistas	68.741	43.869
Total	4.030.473	3.575.323

⁽ⁱ⁾ Foi avaliado pela subsidiária TRSP no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com prognóstico de perda possível em arbitragem de natureza cível em estágio inicial com fornecedor contratado para o período de obra do terminal.

Tributárias:

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão relacionadas a glosa de amortização de despesas de ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente de operações societárias na Comgás.

Cíveis, ambientais e regulatórias:

As entidades são partes em uma série de ações judiciais cíveis relacionadas à (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) rescisão de diferentes tipos de contratos; e (iii) cumprimentos de termos de ajustamento de conduta, dentre outras questões.

Trabalhistas:

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos; adicional de insalubridade, adicional de periculosidade; responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

27. Benefício pós-emprego

Política contábil:

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas, as quais são revisadas anualmente pela Administração. Os principais benefícios estão descritos a seguir.

Planos de contribuição definida

A Companhia e suas subsidiárias são patrocinadoras de planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Planos de benefício definido

Plano médico

A Companhia possui planos de benefícios definido relacionados a assistência médica nas subsidiárias Comgás e Compagas.

Na Comgás, o plano de assistência à saúde é concedido aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, terão direito ao benefício somente empregados que na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia e, que em 31 de maio de 2000 tenham 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia.

Já na Compagas é oferecido o Plano Pró-Saúde para funcionários e dependentes, com contribuições mensais da patrocinadora e empregados. Os beneficiários na aposentadoria terão direito de permanecer de forma vitalícia no plano.

Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior custo de inflação médica em relação àqueles considerados nos cálculos.

Plano de previdência

A Compagas oferece plano de contribuição definida do tipo misto, que é caracterizado pela acumulação de poupança durante a fase de atividade dos empregados e quando da aposentadoria é convertido em renda vitalícia.

Os principais riscos deste plano são maior sobrevida dos beneficiários e maior crescimento salarial em relação àqueles considerados nos cálculos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios definidos representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Plano de previdenciário

A Companhia registrou no resultado do exercício o montante de R\$ 1.123 da controladora e R\$ 15.076 no consolidado (R\$ 1.201 na controladora e R\$ 14.647 no consolidado em 31 de dezembro de 2023) referente as contribuições para o plano previdenciário de contribuição definida.

Ademais a subsidiária indireta Compagás realizou a análise atuarial do plano previdenciário de benefício definido o qual está superavitário e, portanto, não foram registrados saldos. Os detalhes estão a seguir:

	31/12/2024
Obrigação no final do exercício	(32.604)
Ativos financeiros no final do exercício	42.435
Superavit apurado	9.831
Efeito do limite do ativo	(9.831)
Passivo a ser reconhecido	—

Plano médico

Os detalhes dos planos médicos definido são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Obrigação de benefício definido no início do exercício	442.164	448.157
Combinação de negócios	9.560	—
Custo dos serviços correntes	386	157
Custo dos serviços passado	—	—
Juros sobre obrigação atuarial	43.226	45.141
Liquidação antecipada no plano	—	—
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(82.936)	23.753
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	3.536	(70.072)
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	505	22.116
Benefícios pagos	(31.169)	(27.088)
Obrigação de benefício definido no final do exercício	385.272	442.164
Contribuições do empregador	(31.169)	(27.088)
Benefícios pagos	31.169	27.088
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	—	—
Passivo líquido de benefício definido	385.272	442.164

As movimentações sobre benefícios pós-emprego são como segue:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	448.157
Custos dos serviços correntes	157
Juros sobre obrigação atuarial	45.141

Benefícios pagos	(27.088)
Ganho atuarial	(24.203)
Saldo em 31/12/2023	442.164
Custos dos serviços correntes	1.294
Combinação de negócios	9.560
Juros sobre obrigação atuarial	41.154
Benefícios pagos	(31.169)
Ganho atuarial	(77.731)
Saldo em 31/12/2024	385.272

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	31/12/2024	31/12/2023
Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	80.496	(23.753)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(3.930)	70.072
Ganhos atuariais decorrentes de alterações nas premissas demográficas	—	(22.116)
Ganhos atuariais líquidas	76.566	24.203

As premissas que afetam as demonstrações de resultados abrangentes são revisadas anualmente, sendo as principais destacadas abaixo:

	Compagás		Comgás
	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de desconto	7,43% a.a.	12,14% a.a.	10,12% a.a.
Taxa de inflação	4,96% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Crescimento salarial médio	1	N/A	N/A
Morbidade (<i>aging factor</i>)	0,00%	3,00%	3,00%
Inflação médica	1,00% a.a.	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	N/A	AT-2000 (suavizada em 10%)	AT-2000 (suavizada em 10%)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	N/A	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,43/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)
Idade para aposentadoria	N/A	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

Em 31 de dezembro de 2024, a duração média ponderada da obrigação de plano médico era de 8,9 anos (10,9 anos em 2023), na subsidiária Comgás e 20,4 anos (27,5 anos em 2023) na subsidiária Compagás.

Análise de sensibilidade

A taxa de desconto é uma das premissas atuariais relevantes e, portanto, a Companhia realizou a análise de sensibilidade para tal, conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto		Inflação médica	
Aumento	Redução	Aumento	Redução
0,50%	-0,50%	0,50%	-0,50%
(17.382)	18.988	(432)	520

28. Patrimônio líquido

Política contábil:

Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias são reconhecidos como dedução ao capital próprio. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política do imposto de renda e contribuição social.

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404, sendo que, conforme estatuto da Companhia se no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 50% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de retenção de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Reserva Especial

A Reserva Especial tem por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. Será formada com até 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido de cada exercício.

Capital social

Em 30 de agosto de 2024, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social no valor de R\$ 1.500.000,00, por ser considerada excessiva, conforme o artigo 173 da Lei das S.A. A redução será realizada com a restituição em dinheiro aos acionistas, sem o cancelamento de ações. Em 27 de novembro de 2024, foram atendidas todas as condições precedentes para a efetivação e pagamento da redução de capital. O pagamento deverá ocorrer até 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 772.500 (R\$ 2.272.500 em 31 de dezembro de 2023), inteiramente integralizado, representando por 714.190 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 628.488 ações ordinárias, 30.853 ações preferenciais classe A e 54.849 ações preferenciais classe B. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 10.000.000.

Quantidade de ações em 31/12/2024 e 31/12/2023

Acionistas	ON		PN - Classe A		PN - Classe B		Total	
		%		%		%		%
Cosan Dez Participações S.A.	628.488	100	—	—	—	—	628.488	88,00
Bloco Atmos	—	—	30.853	100	—	—	30.853	4,32
Bradesco Vida e Previdência S.A.	—	—	—	—	30.853	56,25	30.853	4,32
BC Gestão de Recursos Ltda	—	—	—	—	14.474	26,39	14.474	2,03
Prisma Capital Ltda	—	—	—	—	5.713	10,42	5.713	0,80
Núcleo Capital Ltda	—	—	—	—	3.809	6,94	3.809	0,53
Total	628.488	100	30.853	100	54.849	100	714.190	100

Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 27 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos referente exercício de 2023, sendo R\$ 526.060 de mínimo obrigatório provisionado e uma nova deliberação de R\$ 973.940 com base na reserva de lucros, totalizando R\$ 1.500.000, cujo pagamento foi concluído em 12 de abril de 2024.

Em 7 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no valor total de R\$ 1.000.000, sendo R\$ 280.377 deliberados com base no saldo da reserva de lucros e R\$ 719.623 com base no resultado líquido apurado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2024. O pagamento foi concluído em 25 de novembro de 2024.

Não houve aprovação do Conselho de Administração, para pagamento de juros sobre capital próprio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022	42.611	72.863
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício corrente	801.495	844.286
Dividendos deliberados com base no saldo da reserva de lucros	724.565	973.230
Juros sobre capital próprio proposto	—	24.737
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	—	(3.711)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.042.611)	(1.340.220)

Outros		—	(1.229)
Saldo em 31/12/2023	Nota	526.060	569.956
Dividendos deliberados com base no saldo da reserva de lucros		1.254.317	1.642.233
Dividendos e juros sobre capital próprio do exercício corrente		983.287	1.076.512
Ganho na distribuição de dividendos de acionistas controladores		—	1.297
Dividendos não reclamados de acionistas não controladores		—	(558)
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto		—	(441)
Combinação de negócios	18.3	—	68.746
Efeitos de eliminação na combinação de negócios		—	(16.902)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(2.500.000)	(3.073.706)
Atualização monetária		—	2.010
Saldo em 31/12/2024		263.664	269.147

Destinação do resultado do exercício

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	1.966.575	1.602.989
Constituição da reserva legal – 5% ⁽ⁱ⁾	—	—
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.966.575	1.602.989
Dividendos mínimos obrigatórios – 50%	983.289	801.495
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio declarados	(719.622)	(275.435)
Dividendos mínimos obrigatórios a destinar	(263.664)	(526.060)
Total do lucro do exercício a destinar	983.289	801.494

⁽ⁱ⁾ De acordo com o estatuto social da Companhia, se a soma da reserva legal mais a reserva de capital ultrapassar 30% do capital social, fica vedada a constituição de reserva legal.

O total do lucro do exercício a destinar foi alocado a Reserva Especial, conforme previsto no Estatuto Social em seu Artigo 31º (iii) e, caberá a próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

Outros resultados abrangentes

	Nota	31/12/2023	Movimentação do resultado abrangente	31/12/2024
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido		(258.199)	(79.340)	(337.539)
Imposto diferido sobre ganhos atuariais de plano de benefícios definido		87.786	26.977	114.763
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	9.c	20.914	425.310	446.224
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	9.c	(7.111)	(144.605)	(151.716)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior		(10)	(61.566)	(61.576)
		(156.620)	166.776	10.156
Atribuível aos:				
Acionistas controladores		(154.985)	167.640	12.655
Acionistas não controladores		(1.635)	(864)	(2.499)

	Nota	31/12/2022	Resultado abrangente	31/12/2023
Ganhos atuariais de plano de benefícios definido		(233.463)	(24.736)	(258.199)
Imposto diferido sobre ganhos atuariais de plano de benefícios definido		79.376	8.410	87.786

Resultado de hedge accounting de fluxo de caixa	—	20.914	20.914
Imposto de renda e contribuição social sobre resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	—	(7.111)	(7.111)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	—	(10)	(10)
	(154.087)	(2.533)	(156.620)
Atribuível aos:			
Acionistas controladores	(152.761)	(2.224)	(154.985)
Acionistas não controladores	(1.326)	(309)	(1.635)

29. Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem receitas das seguintes fontes principais:

Receita faturada

A receita de distribuição e comercialização de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas.

Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de distribuição gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, as subsidiárias, acreditam que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente sendo reconhecida no resultado conforme evolução da construção.

Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

Receita de comercialização de gás

A Companhia através de suas subsidiárias reconhece a receita com suprimento e fornecimento de gás natural pelo valor justo da contraprestação, por meio da entrega de gás natural ocorrida em um determinado período. A apuração do volume de gás entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm

controle do gás natural a partir do momento em que o consomem. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 30 dias a partir de sua emissão.

A receita de comercialização de gás é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados no órgão regulador.

A receita é reconhecida com base no gás vendido e com preços especificados nos termos dos contratos de suprimento e fornecimento. A Empresa poderá vender o gás produzido em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde a comercialização de gás natural ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), onde há a comercialização de gás natural para os agentes distribuidores.

A seguir, é apresentada a composição da receita no exercício:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta na distribuição de gás		19.353.378	19.998.177
Receita bruta na comercialização de gás		1.554.173	—
Receita bruta na prestação de serviços		491.904	607.671
Receita de construção	21	1.602.284	1.494.142
Impostos sobre vendas e outras deduções		(4.618.291)	(4.332.663)
Receita operacional líquida⁽ⁱ⁾		18.383.448	17.767.327

⁽ⁱ⁾ Nenhum cliente representou 10% ou mais da receita operacional líquida total consolidada nos exercícios apresentados.

30. Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função e desagregados por natureza na nota explicativa.

Os custos das vendas incluem o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Os custos de construção são reconhecidos por referência a receita de construção.

Os custos e despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza / finalidade é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo do gás e transporte		—	—	(12.083.199)	(11.920.271)
Custo de construção	29	—	—	(1.602.284)	(1.494.142)
Depreciação e amortização		(5.065)	(4.142)	(1.088.610)	(899.635)
Gastos administrativos e comerciais		(36.789)	(66.773)	(519.994)	(471.856)
Gastos com pessoal		(111.315)	(136.506)	(426.770)	(422.541)
Total		(153.169)	(207.421)	(15.720.857)	(15.208.445)

31. Outras receitas operacionais, líquidas

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Acordo contratual com fornecedores ⁽ⁱ⁾	689.764	(143.221)
Reversão de outras provisões ⁽ⁱⁱ⁾	291.032	—
Realização de receita diferida	—	923.214
Tributos sobre receita diferida	—	(85.397)
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento	(63.242)	(31.174)
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamentos tributários	(36.699)	(7.225)
Provisão e perdas efetivas de estoque e no processo de inventário	(10.445)	(43.695)
Perda estimada em ativo imobilizado	(6.155)	—
Outros	(12.008)	(5.276)
Total	852.247	607.226

⁽ⁱ⁾ Refere-se substancialmente a acordo contratual com fornecedor pela não utilização da quantidade total prevista em contrato e, pela qual a Companhia foi indenizada.

⁽ⁱⁱ⁾ No segundo trimestre de 2024, a subsidiária Comgás reavaliou e concluiu, segundo os critérios do CPC 25 / IAS 37, que não existe atualmente expectativa provável de saída de recursos para parte do montante então registrado em seu balanço patrimonial na rubrica "Outras contas a pagar", procedendo assim com sua reversão.

32. Resultado financeiro líquido

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos na remensuração do valor justo de qualquer participação pré-existente em uma aquisição em uma combinação de negócios, ganhos em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e despesas financeiras são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo da dívida bruta				
Juros e variação monetária	(393.663)	(91.717)	(1.257.120)	(777.946)
Variação cambial líquida sobre dívidas	—	—	(563.259)	144.191
Resultado com derivativos e valor justo	—	—	365.029	(481.225)
Amortização do gasto de captação	(12.425)	(559)	(14.847)	(3.086)
Fianças e garantias sobre dívida	—	—	(15.456)	(14.614)
Total	(406.088)	(92.276)	(1.485.653)	(1.132.680)
Rendimento de aplicações financeiras e variação cambial de caixa	168.782	63.612	642.166	611.868
Total	168.782	63.612	642.166	611.868
Custo da dívida líquida	(237.306)	(28.664)	(843.487)	(520.812)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros capitalizados no imobilizado e intangível ⁽ⁱ⁾	—	—	121.505	181.628
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.136)	(1.321)	(161.196)	(75.495)
Juros sobre passivo atuarial	—	—	(43.272)	(45.142)
Encargos sobre benefício do pacto federativo ⁽ⁱⁱ⁾	—	—	(31.564)	(92.669)
Juros sobre ativo e passivo setorial ⁽ⁱⁱⁱ⁾	—	—	(89.640)	(97.840)
Despesas bancárias, descontos financeiros e outros	(2.314)	(285)	(5.748)	(8.322)
Variação cambial, derivativos e inefetividade sobre <i>hedge accounting</i>	1.298	(4)	(46.226)	(18.362)
Outros efeitos financeiros, líquidos ^(iv)	52.017	(2.572)	245.459	(53.939)
Total	49.865	(4.182)	(10.682)	(210.141)
Resultado financeiro, líquido	(187.441)	(32.846)	(854.169)	(730.953)

⁽ⁱ⁾ Vide informações nas notas explicativas 19 e 21.

⁽ⁱⁱ⁾ O saldo apresentado refere-se substancialmente ao montante do benefício do pacto federativo, conforme nota explicativa 17.a.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Vide informações na nota explicativa 15.

^(iv) Em 9 de dezembro de 2024, a subsidiária Comgás, a partir da Nota Técnica nº SEI-0048454038 emitida pela ARSESP e pelo direito garantido oriundo de seu Contrato de Concessão vigente revisou a mensuração da sua estimativa do ativo financeiro indenizável. Essa mudança de estimativa impactou a forma de reconhecimento da indenização, que passou a remunerar os ativos financeiros com efeito nas rubricas "Receita operacional líquida" e "Outros ativos".

33. Resultado por ação

Política contábil:

Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- O lucro atribuível aos proprietários da Companhia, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- Pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria, se aplicável.

Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido das operações em continuidade atribuível à detentores de ações - básico e diluído	1.692.700	1.579.825
Ações ordinárias	1.489.577	1.390.247
Ações preferenciais	203.123	189.578
Resultado líquido das operações descontinuadas atribuível à detentores de ações - básico	273.875	23.164
Ações ordinárias	241.010	20.384
Ações preferenciais	32.865	2.780
Efeito da diluição do plano de opções de ações da subsidiária	—	(590)
Resultado das operações em continuidade atribuível a detentores de ações ajustado pelo efeito da diluição	1.692.700	1.579.235
Ações ordinárias	1.489.577	1.389.728
Ações preferenciais	203.123	189.507
Média ponderada do número de ações em circulação - básico e diluído (em milhares de ações)	714.190	714.190
Ações ordinárias	628.488	628.488
Ações preferenciais	85.702	85.702
Resultado por ação das operações em continuidade Básico e diluído (em R\$)		
Ações ordinárias	2,37010	0,35323
Ações preferenciais	2,37010	0,35323
Resultado por ação das operações descontinuadas Básico e diluído (em R\$)		
Ações ordinárias	0,38348	0,03243
Ações preferenciais	0,38348	0,03243

34. Pagamento baseado em ações

Política contábil:

A Companhia e suas controladas concedem a colaboradores elegíveis, planos de *phantom shares*, que preveem a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) de acordo com planos aprovados em Assembleias Gerais.

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprova a outorga de ações, elegendo os beneficiários em favor dos quais a Companhia concederá tais ações, estabelecendo os prazos, e quantidades.

As *phantom shares* não conferem aos colaboradores elegíveis a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação ordinária de emissão da Companhia é entregue aos colaboradores elegíveis em razão das *phantom shares* outorgadas.

Os SARs oferecem a oportunidade aos colaboradores elegíveis de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass.

A Companhia reconhece como despesa o valor justo das ações, apurado na data da outorga, em base linear durante o período de serviço exigido pelo plano, em contrapartida ao passivo de ordenados e salários a pagar. Quando as condições vinculadas ao *phantom shares* não são cumpridas a despesa ora reconhecida é revertida, de forma que a despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão pagas em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possuía os seguintes planos de concessão de direitos de valorização de ações:

Data de concessão	Empresa	Expectativa de vida (meses)	Concessão de planos ⁽ⁱ⁾	Exercido / cancelado	Disponível	Valor justo na data de outorga - R\$
Planos de concessão de direitos de valorização de ações						
01/08/2022	Compass Gás e Energia	36	950.994	(128.164)	822.830	25,59
01/08/2022	Edge Comercialização	36	31.409	(25.531)	5.878	25,59
01/08/2022	TRSP	36	35.604	(5.120)	30.484	25,59
01/08/2023	Compass Gás e Energia	36	275.746	(38.408)	237.338	34,12
01/08/2023	Edge Comercialização	36	27.006	(16.740)	10.266	34,12
01/08/2023	TRSP	36	26.246	—	26.246	34,12
01/08/2024	Compass Gás e Energia	36	277.262	—	277.262	42,21
01/08/2024	Edge Comercialização	36	97.535	(18.906)	78.629	42,21
01/08/2024	TRSP	36	2.867	—	2.867	42,21
01/11/2024	Compass Gás e Energia	33	12.751	—	12.751	42,21
Total			1.737.420	(232.869)	1.504.551	

⁽ⁱ⁾ Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Mensuração dos valores justos

O preço de mercado na data de outorga dos planos concedidos foi de R\$ 45,29 (R\$ 42,21 em 31 de dezembro de 2023).

Reconciliação dos planos de concessão de direitos de valorização de ações

	Quantidade de ações
Saldo em 31/12/2022	3.191.375
Acréscimo de ações	270.436
Exercidos / cancelados / outros	(128.715)
Saldo em 31/12/2023	3.333.096
Acréscimo de ações	605.005
Exercidos	(2.089.292)
Cancelados	(344.258)
Saldo em 31/12/2024	1.504.551

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas dos planos de concessão de direitos de valorização de ações incluídas na demonstração dos resultados na rubrica salários e ordenados, estão demonstradas abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Plano de direitos de valorização de ações	(37.103)	(53.404)	(37.605)	(59.825)
Programa de concessão de ações	—	—	—	(976)
	(37.103)	(53.404)	(37.605)	(60.801)

35. Eventos subsequentes

35.1 Quinta emissão de debênture da Compagas

Em 10 de janeiro de 2025, a subsidiária Compagas captou, através da 5ª emissão de debêntures, o montante de R\$ 410.000 com incidência de juros correspondentes a variação acumulada das taxas médias diárias do DI mais um spread de 0,50% a.a. e com vencimento do principal e dos juros em 07 de janeiro de 2027, para pagamento em parcela única na data do vencimento.

35.2 Segunda emissão de debêntures do TRSP

Em 18 de fevereiro de 2025, a subsidiária TRSP concluiu a captação da 2ª emissão de debêntures simples e não conversíveis no montante de R\$ 800.000 com remuneração de IPCA + 7,4367% a.a., juros semestrais e principal com vencimentos entre 15 de janeiro de 2030 e 15 de janeiro de 2033. Os recursos obtidos com a

emissão serão destinados para reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao projeto de construção de um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito localizado na cidade de Santos.